



DIÁRIO

da Assembleia Nacional

XII LEGISLATURA (2022 – 2026)

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA

REUNIÃO PLENÁRIA DE 1 DE MARÇO DE 2024

Presidente: Ex.^{ma} Sra. Celmira Sacramento

Secretários: Ex.^{ma} Sra. Bilaine Ceita

Ex.^{mos} Srs. José Rui Cardoso

Silvestre Mendes

SUMÁRIO

A Sra. Presidente declarou aberta a sessão às 9 horas e 22 minutos.

A Mesa prestou informações sobre a realização da sessão extraordinária no período de férias parlamentares, e sobre a ausência dos Deputados da Região Autónoma do Príncipe.

Em declaração política, o Sr. Deputado Arlindo Barbosa (MLSTP/PSD) fez abordagem sobre os graves problemas do País, o que se traduz no agravamento das condições de vida da população, e que culminou com as greves de Agripalma e dos Professores. Lamentou o incêndio ocorrido no Príncipe. Disse que São Tomé e Príncipe precisa de todos e que estamos condenados a nos entendermos.

Por sua vez, também em declaração política, o Sr. Deputado José António Miguel (ADI) prestou solidariedade para com os sinistrados do Príncipe. Criticou o estado em que o ADI recebeu o País e apelou ao Governo que continue focado em proporcionar aos são-tomenses dias melhores. Sobre a greve dos professores, pediu ao Governo para continuar a efectuar acções no sentido de ajudar a solucionar os problemas.

Em assuntos de interesse político relevante, o Sr. Deputado Ossáquio Riôa (ADI) criticou a intervenção de um deputado na sessão passada e em resposta o Sr. Deputado Danilo Santos (MLSTP/PSD) voltou a apelar a que se tenha a coragem de citar o nome do deputado em causa, e que as intervenções sejam claras e concisas.

Por sua vez, o Sr. Deputado João Leonardo (MCI/PS-PUN) interveio à volta do incêndio no mercado do Príncipe e pediu ao Governo para dinamizar formação para o corpo de bombeiros do Príncipe, e dar uma atenção especial aos sinistrados.

Ainda em assuntos de interesse político relevante, o Sr. Deputado Levy Nazaré (BASTA) também manifestou solidariedade para com os sinistrados do Príncipe e pediu ao Governo para apoiar as famílias. Criticou o facto de se citar a oposição como se fosse apenas um partido. E disse que o Movimento BASTA vai continuar a apresentar as suas contribuições para o desenvolvimento do País.

O Sr. Deputado Abnildo d' Oliveira (ADI) também endereçou palavras de conforto e solidariedade aos sinistrados do Príncipe. Pediu ao Sindicato dos Professores espírito de abertura e diálogo com o Governo para encontrarem uma solução, e ao Governo, pediu para encontrar um denominador comum para que haja paz social, entendimento e espírito de luta. Disse que é preciso se enterrar o machado de guerra para haver entendimento entre os são-tomenses.

O Sr. Deputado Wuando Castro (MLSTP/PSD) juntou a sua voz ao apelo feito pelo Sr. Deputado Abnildo d' Oliveira para se enterrar o machado de guerra e disse que viabilizar as candidaturas do MLSTP/PSD seria uma forma de demonstrar isso. Também falou da greve e apelou ao Governo para ter capacidade

de diálogo para conseguir chegar ao entendimento com os professores.

Por sua vez, a Sra. Deputada Beatriz Azevedo (MCI/PS-PUN) levantou preocupação quanto aos ruídos na rádio e na televisão no Distrito de Caué e também se solidarizou com o sucedido no Príncipe e apelou a que os Deputados também contribuíssem financeiramente para ajudar.

Ainda em assuntos de interesse político relevante, o Sr. Deputado José António Miguel (ADI) apelou à reflexão sobre a não intervenção do Governo no período de antes da ordem do dia.

O Sr. Deputado Abnildo d' Oliveira (ADI) submeteu um requerimento oral à Mesa para que o Ministro do Planeamento e Finanças intervisse no período de antes da ordem do dia, com base no artigo 100.º do Regimento e o seu requerimento foi aprovado.

Os Srs. Deputados Levy Nazaré (BASTA) e Danilo Santos (MLSTP/PSD) fizeram uma declaração de voto.

Em assunto de interesse político relevante, o Sr. Ministro do Planeamento e Finanças (Ginésio da Mata) prestou esclarecimentos sobre o incêndio no Príncipe e sobre a greve dos professores.

A Mesa deu informações sobre o artigo 100.º do Regimento.

Por último, o Sr. Deputado Arlindo Barbosa (MLSTP/PSD) disse que o transporte que apoia os Deputados de Lembá não os dignifica. Questionou o Governo sobre o aumento do preço do combustível. A questão do transporte mereceu resposta da Mesa e a questão do aumento do combustível mereceu resposta do Sr. Ministro do Planeamento e Finanças (Ginésio da Mata).

Ordem do dia. – O Plenário procedeu à discussão e votação, na generalidade, especialidade e final global do Projecto de Resolução n.º 62/XII/3.º/2024 – Assentimento para o Presidente da República se ausentar do Território Nacional, entre os dias 8 e 10 de Março, com destino à República de Guiné Equatorial. A leitura do parecer foi feita pelo Sr. Deputado Edmilson Neves.

Procedeu-se também à discussão e votação na generalidade, especialidade e final global, da Proposta de Resolução n.º 24/XII/3.º/2024 – Acordo de Empréstimo entre a República Democrática de São Tomé e Príncipe e o Banco Europeu de Investimento, visando a melhoria do Sistema de Abastecimento de Água Potável na Cidade de São Tomé.

O Sr. Ministro do Planeamento e Finanças (Ginésio da Mata) fez a apresentação da Proposta e o Sr. Deputado Wuando Castro (MLSTP/PSD) fez a leitura do parecer.

Intervieram na discussão, os Srs. Deputados Elísio Teixeira (ADI), Raúl Cardoso (MLSTP/PSD), Danilo Santos (MLSTP/PSD), José António Miguel (ADI), Ekeneide Santos (ADI), Abnildo d' Oliveira (ADI), Wuando Castro (MLSTP/PSD), Elísio Teixeira (ADI) e Osvaldo João (MLSTP/PSD).

A Sra. Presidente encerrou a sessão às 12 horas.

A Sra. **Presidente**: — Sras. e Srs. Deputados, existe quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 9 horas e 22 minutos.

Estavam presentes as seguintes e os seguintes Srs. Deputados:

Acção Democrática Independente (ADI):

Abnildo do Nascimento **d' Oliveira**

Alberto da Trindade Luís

Aleksander Monteiro **Lima**

Arlindo Quaresma dos **Santos**

Bilaine Carvalho Viegas **de Ceita** do Nascimento

Celmira de Almeida **do Sacramento** dos Santos Lourenço

Danilo Francisco dos Santos Quaresma

Edmilson das **Neves** Amoço

Ekeneide Lima dos **Santos**

Elísio Osvaldo do Espírito Santo d' Alva **Teixeira**

Hélder Santana de **Nascimento**

Honório da Luz **Sousa Pontes**

Itelmiza Duarte Monteiro **Pires**

Izilda Quaresma dos Ramos **Domingos**

Jorge Sousa Pontes Amaro **Bondoso**

José António do Sacramento **Miguel**

José Carlos Cabral d' Alva

Jozino Malupane da **Veiga**

Laudino Afonso de **Jesus**

Lourenço Aguiar **Freitas**

Messias Luís Fernandes Pereira

Nito de Sousa **Viegas d' Abreu**

Orlando Borges **da Mata**

Ossáquio Perpétua **Riôa**

Pedro Jorge de Abreu e **Carvalho**

Salgueiro André da Silva Tioló

Silvestre Moreno **Mendes**

Sólito da **Cunha Lisboa** Neto

Teodorico de **Campos**

Wilter Kathelen das Neves **Boa Morte**

Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido Social-Democrata (MLSTP/PSD):

Adelino Cruz **José da Costa**

Adllander Costa de **Matos**

Arlindo Barbosa Semedo

Cílcio Sodjy da Vera Cruz Bandeira Pires dos **Santos**

Conceição Vieira **Moreno**

Danilo Neves dos **Santos**

Ester Tomé **Will**

Filomena Sebastião Santana **Monteiro** d' Alva

Gabdulo Luís Fernandes da Fonseca **Quaresma**

Guilherme Octaviano Viegas dos Ramos

Jerónimo Pires **Quaresma**

José Rui Tavares **Cardoso**

José Maria Afonso de **Barros**

Maria de Lurdes Martins de Sacramento

Osvaldo Eduardo João

Osvaldo Tavares dos Santos **Vaz**

Raúl do Espírito Santo **Cardoso**

Wuando Borges de **Castro** de Andrade

Movimento de Cidadãos Independentes/Partido Socialista – Partido de Unidade Nacional (MCI/PS-PUN)

Avelino Prazeres Conceição

Beatriz da Veiga Mendes **Azevedo**

Eldimiro Emiliano **Manuel**

Gustavo Pereira d' Assunção Neto

João Leonardo de Pina da Trindade Batista

Movimento BASTA (MB)

Daniel Ambrósio dos **Santos**

Levy do Espírito Santo **Nazaré**

A Sra. **Presidente**: — Sras. e Srs. Deputados, Sr. Ministro da Presidência do Conselho de Ministros, dos Assuntos Parlamentares e da Coordenação Sustentável, Sr. Ministro do Planeamento e Finanças, todos os Técnicos, todas as Técnicas, bom dia. E como não podia deixar de ser os nossos internautas que nos acompanham, muito bom dia.

Como sabem, encontramos-nos no período de férias parlamentares, portanto, esta é uma sessão extraordinária. Reunimo-nos em Comissão Permanente e convocamos esta plenária, depois disto convocamos a Conferência de Líderes que agendou para hoje dia 1 de Março, os pontos da agenda e também o tempo para a mesma, e é nestes termos que estamos cá. Eu quero advertir os Serviços que não registem as faltas dos Deputados, tanto os de São Tomé, como os da Região Autónoma do Príncipe.

Os Deputados da Região Autónoma do Príncipe tiveram problemas com o voo. Nós, a Mesa e os Serviços Administrativos da Assembleia, fizemos todos as démarches para que os mesmos estivessem cá. Já estavam ontem no aeroporto, mas por causa do mau tempo o voo foi cancelado. Tentamos fazer outros expedientes com uma outra agência para que eles chegassem hoje às 10 horas e 30 minutos, mas não havendo a garantia de bom tempo, não conseguiriam estar cá. Estão cá dois Deputados do Príncipe, mas já se encontravam cá na Capital, por isso estão cá, não porque vieram e os outros ficaram.

Assim sendo, solicito a Sra. Secretária da Mesa se há alguma substituição.

A Sra. **Secretária** (Bilaine Ceita): — Não há.

A Sra. **Presidente**: — Não havendo, não há expediente, então vamos começar com as declarações políticas. Nesta perspectiva, tenho o pedido da declaração política do Partido MLSTP/PSD, que vai ser apresentada pelo Sr. Deputado Arlindo Barbosa.

Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Barbosa.

O Sr. **Arlindo Barbosa** (MLSTP/PSD): — «Sra. Presidente da Assembleia Nacional, Excelência, Sras. e Srs. Deputados, Excelências, Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, em representação do Governo, Excelência, Sr. Ministro das Finanças, Técnicos, a equipa de Apoio ao Plenário, Povo de São Tomé e Príncipe, permita-me saudar a todos.

Após a aprovação de dois grandes instrumentos para a vida do País e da governação, o OGE e as GOP, eis-nos aqui para uma sessão extraordinária, a fim de analisarmos um acordo de empréstimo ao pedido do Governo, acordo esse assinado entre o Governo da República Democrática de São Tomé e Príncipe e o Banco Europeu de Investimentos.

O MLSTP/PSD aquando da discussão do OGE para o ano económico de 2024, viabilizou o Orçamento com voto de abstenção, na incerteza e benefícios de dúvidas ao Governo para a materialização das acções e dos projectos inscritos para este ano, e deixou claro as suas posições.

Um exemplo concreto é a não assinatura até hoje do acordo do programa trienal com o FMI, o que dificulta a mobilização de recursos junto dos parceiros bilateral e multilateral.

É nosso entender, face à situação difícil e precária que se encontra o nosso país, com uma economia frágil e dependente cerca de 90% do PIB, são financiadas pelos projectos dos parceiros externos, quando o

próprio Governo prevê no Orçamento de 2024 um crescimento económico para o ano 2024 de 2,9% e a descida da inflação de 25% para os 17%.

A questão que se coloca, é como atingir esses indicadores macro-económicos, ultrapassar esses constrangimentos, quando temos hoje o País real onde não se consegue aumentar os salários, não se consegue destacar os preços dos produtos da cesta básica quer produzidos localmente, quer produtos importados, o custo de vida da nossa população cada vez mais insustentável, aumento do desemprego, aumento do preço dos transportes, o empobrecimento da classe empresarial, falta de medicamentos nos hospitais, a incerteza na juventude, ausência de políticas claras para o fomento do emprego jovem, o abandono do País por parte de jovens, professores, enfermeiros, classe sócio-profissional, dentre outros.

Esperemos que os anúncios que foram feitos pelo Governo, através dos órgãos da comunicação social, deixem de ser apenas anúncios e passem à realizações e acções concretas imediatas, em busca da dita solução permitida e que o povo espera. Exemplos concretos, as obras das estradas de Ribeira Peixe a Porto Alegre, estradas de Mato Cana, estradas para o Norte, Neves, Santa Catarina, as Pontes Lembá, Brigoma, o Liceu Caué, Marginal 12 de Julho, Porto e Aeroporto, dentre outros projectos.

Diante deste quadro negro, hoje o povo, a sociedade civil e as associações profissionais, e os sindicatos começam a perceber que este Governo não tem a dita solução, o que pode provocar um caos social-económico face às crescentes dificuldades e o agravamento da vida das nossas populações.

A greve na Agripalma, o maior empregador privado do País, sem que o Governo consiga assumir o seu papel de mediador, influenciar um acordo entre as partes, a greve no sector da Educação, ora anunciada a partir de hoje, a classe empresarial, os operadores económicos com situações insuportáveis e buscas de caminhos para estancar toda a degradação económica, a clara perda do poder de compra das nossas populações, e a diminuição dos consumidores, são sinais claros de desespero que começa a tomar conta da nossa sociedade.

Sabemos que o processo de desenvolvimento deste país tem sido desafiante para qualquer governação. Mas a situação torna-se mais complicada quando teimamos em caminhar sozinhos, quando insistimos e não abraçamos a causa da luta contra a pobreza, a fome, a miséria, quando não respeitamos a obrigação e o costume de trabalhar em equipa, e quando por falta de credibilidade das instruções não conseguimos engajamentos com os nossos parceiros de desenvolvimento.

Logo, não é possível falar de desenvolvimento e do bem-estar da população, quando o Governo não tem uma visão clara de um futuro que possa conduzir o País ao desenvolvimento, e ultrapassar os desafios da globalização.

Povo de São Tomé e Príncipe entendam essas nossas preocupações como sendo aquelas merecidas que não vão ao encontro aos nossos desejos, e vermos o nosso país diferente, para melhor, onde os professores se sintam motivados em ensinar, os médicos motivados em medicar e curar, e os gestores públicos capazes de gerir com responsabilidade o erário público.

São Tomé e Príncipe precisa de todos nós e é com todos, mas todos mesmos, que podemos através do diálogo inclusivo, trilhar o caminho do desenvolvimento e do progresso.

Excelências, o MLSTP/PSD foi recebido recentemente por Sua Excelência o Presidente da República, numa conversa franca, honesta e responsável, e deixou claro a necessidade do diálogo, da participação de todos os cidadãos, aqui e na diáspora, forças políticas, organizações da sociedade civil, confissões religiosas, forças militares e paramilitares, classe socio-profissional, para encontrarmos o caminho da paz, da concórdia, da harmonia e da solidariedade.

Excelências, a segurança, a paz, a liberdade, os direitos do homem constituem uma das principais tarefas dos Estados modernos, e São Tomé e Príncipe não foge à regra.

A *Constituição* é clara nessas matérias, a Justiça e o bem estar constituem uma das tarefas fundamentais do Estado, num Estado de Direito Democrático.

O ADI e o Governo não devem ignorar esse dado fundamental, porque esses princípios e objetivos, tratam-se de direitos subjectivos perante o Estado, numa responsabilidade do Estado perante os cidadãos e as instituições.

É preciso um novo começo para a recuperação e a credibilidade do País. O combate à corrupção, à desigualdade social, à fome, ao desemprego, à Justiça e à miséria.

Alias, o próprio Sr. Primeiro-Ministro reconheceu e reconhece que a situação é difícil, e tão difícil, e é preciso a participação de todos com trabalho, e muito trabalho.

Por isso, ficam essas palavras a nossa visão do futuro, que possa conduzir o País ao desenvolvimento desejado, e concentrar-se na procura das verdadeiras soluções que o País precisa. Não procuremos os culpados, se não o filme não termina.

Excelência, nenhum país consegue sozinho o caminho do progresso e vencer as barreiras do subdesenvolvimento sem a participação de todos. É preciso reconciliarmos a Nação. Esta é a nossa responsabilidade colectiva, e pensamos que Sua Excelência o Presidente da República, como garante da Constituição exerça um papel importante para colectivamente introduzirmos as reformas necessárias que o País precisa, e o MLSTP/PSD está disponível para esse desiderato.

Ao terminar, gostaria em nome do meu partido, endereçar aos nossos irmãos do Príncipe, o nosso gesto de solidariedade e apoio pelo incidente ocorrido esta semana que levou sete comerciantes a ficarem sem as suas lojas e mercadorias, vítimas de incêndio.

Apelamos ao Governo Regional, ao Governo Central e as autoridades competentes para acompanharem de perto esse assunto e encontrar soluções urgentes e concretas para apoiar essas famílias que nesse momento difícil tanto precisam.

Sra. Presidente da Assembleia Nacional, Excelência, Srs. Ministros, o MLSTP/PSD afirma uma vez mais que continuará firme na defesa das causas da Democracia, da Justiça, da Liberdade e do bem-estar, como factores primordiais para desbravarmos o caminho que nos possa conduzir ao desenvolvimento sustentável.

O povo está cansado de querelas políticas, do ódio, da mentira, da vingança e perseguição. São Tomé e Príncipe espera de nós entendimentos, melhorias para uma vez por todas trilharmos o caminho de desenvolvimento.

Nós estamos condenados a nos entender.

Viva a democracia!

Viva o povo de São Tomé e Príncipe!

Muito obrigado pela vossa atenção.»

Aplausos do MLSTP/PSD.

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada Sr. Deputado Arlindo Barbosa, do Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD.

Tem a palavra o Sr. Deputado e Líder Parlamentar do ADI.

O Sr. **José António Miguel** (ADI): — Bom dia a todos.

«Excelentíssima Sra. Presidente da Assembleia Nacional, Excelentíssimos Srs. Deputados, neste caso Deputadas e Deputados, Srs. Ministros dos Assuntos Parlamentares e do Planeamento e Finanças, Caríssimos São-tomenses no País e na diáspora, bem como aqueles que escolheram São Tomé e Príncipe para viver.

Excelências, depois do debate e aprovação do OGE e das GOP, eis que cá estamos de volta para mais uma sessão plenária, não obstante o período de férias parlamentares.

Excelências, gostaria de aproveitar essa oportunidade para manifestar a solidariedade do partido Acção Democrática Independente (ADI) e do seu Grupo Parlamentar para com os nossos compatriotas da Região Autónoma do Príncipe, que viram suas infra-estruturas serem consumidas pelo fogo no passado dia 26 de Fevereiro e que das informações que temos o Governo Regional e o Governo Central, estão a diligenciar no sentido de ajudar os sinistrados.

Excelências, hoje mais do que nunca somos todos chamados a dar a nossa contribuição para o desenvolvimento do País. Uma contribuição que só será possível se houver uma mudança de atitudes, com vista a contribuir para levarmos em diante as reformas estruturantes que o País reclama sobretudo nos sectores da Justiça e da Administração Pública.

Gostaríamos também de apelar a todos um maior sentido de Estado, para não voltarmos a recuar em relação aos ganhos já alcançados até hoje.

É preciso relembrar os menos atentos, que o actual Governo herdou um País de rastros no ponto de vista social, económico e financeiro.

Vozes do ADI: — Muito bem.

Aplausos do ADI.

O Sr. **José António Miguel** (ADI): — Ao Governo gostaríamos de pedir que continue focado única e exclusivamente em tudo fazer para proporcionar aos são-tomenses dias melhores, ou seja, para continuar a pagar os salários a tempo e horas, ...

Aplausos do ADI.

Vozes do ADI: — *Muito bem.*

O Sr. **José António Miguel** (ADI): — ... garantir a estabilidade no fornecimento de energia à população, não obstante a questão do mau tempo. Iniciar o mais breve possível as obras de reabilitação da Marginal, do Aeroporto, da estrada de Neves, da Ponte sobre o Rio Lembá e outras obras. Bem como outras infra-estruturas rodoviárias, nomeadamente, a estrada que liga Bôbô-Fôrô a Madalena, Desejada, uma obra que nós todos sabemos como é que ela teve início, mas no entanto cabe-nos pegar essas obras em mãos e poder avançá-las para proporcionar aos são-tomenses dias melhores, melhores infra-estruturas rodoviárias e não só.

Sobre a greve da Empresa Agripalma, bem como a greve anunciada do Ministério da Educação, gostaríamos de apelar ao Governo que continue a dialogar com as partes, no sentido de ajudar a solucionar os problemas. Nós somos a solução».

Muito obrigado.

Aplausos do ADI.

A Sra. **Presidente:** — Muito obrigada Sr. Deputado José António Miguel e Líder Parlamentar do ADI.

Vamos passar agora as intervenções políticas de interesse relevante. Temos inscrições de todos os Grupos Parlamentares e dos Deputados do Movimento BASTA. Está aberta a inscrição.

Srs. Deputados mudaram de ideias? Não vão fazer intervenção?

Tem a palavra o Sr. Deputado Ossáquio Riôa.

O Sr. **Ossáquio Riôa** (ADI): — Sra. Presidente, a Mesa, Srs. Ministros, Sras. e Srs. Deputados, bom dia.

Eu não venho falar muito, mas venho falar mais da organização da nossa Casa Parlamentar, tenho estado a chamar atenção a maneira, a postura, aos discursos que nós temos tido ultimamente enquanto Deputados, e hoje eu não queria ficar calado hoje.

Na última sessão, um Deputado vindo da Bancada da oposição, proferiu aqui algumas palavras que não devia. Infelizmente o Deputado não está na Sala hoje, mas certamente está a acompanhar a sessão plenária. Nós não podemos nos comportar como Judas Iscariotes. Usamos aqui linguagens indevidas e depois somos nós mesmos a vir aqui proferir palavras de insulto, que não dignificam a Casa Parlamentar, e também que não nos dignifica enquanto homens formados e formadores de outros jovens. Eu fiquei triste, mas eu não podia ficar calado, as pessoas que estão na Sala sabem directamente o que é que eu estou a falar. Nós temos que mudar a nossa postura, enquanto Deputado.

Cada um tem a sua educação, mas quando assumimos e juramos que nós somos Deputados da Nação, então às vezes há certas linguagens que nós usamos que se calhar não nos dignifica e nem dignifica o próprio País.

O Sr. Deputado proferiu algumas palavras para o Primeiro-Ministro, e da forma como foi, não é normal, mesmo na oposição não é o normal. Eu não fiquei satisfeito, se calhar nem o povo, e nem pessoas do seu partido também ficaram satisfeitas com essa situação.

É uma coisa que estou alertar enquanto Deputado, amanhã se eu também falar algumas conversas que não são adequadas para esta Casa Parlamentar, eu espero que os Deputados também chamem-me atenção, e eu estarei pronto para corrigir.

Muito obrigado.

A Sra. **Presidente:** — Muito obrigada, Sr. Deputado Ossáquio Riôa.

Tem a palavra o Sr. Deputado Danilo Santos, Líder Parlamentar do MLSTP/PSD.

O Sr. **Danilo Santos** (MLSTP/PSD): — Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Ministro, bom dia.

Sra. Presidente, nós temos que parar de uma vez por todas com esta situação de estarmos aqui a atirar areia para os olhos dos outros. Veio cá o Sr. Deputado Ossáquio Riôa, falou no geral e nós entendemos que essas interpelações têm que ser claras e concisas. Dizer o quê que aconteceu, o quê que disse, e quem disse. Porque eu já disse aqui, temos que parar com isto de vir cá dizer que Pedro cometeu crime a, b, ou c. Temos que ter a coragem e a capacidade de agir. Portanto, se aconteceu a, b, ou c, venha cá dizer com propriedade o quê que aconteceu, e não estar com meias palavras. Atirar todo mundo para ...

O Sr. **Pedro Carvalho** (ADI): — Direito à resposta, eu fui citado!

Risos.

Uma voz: — O nosso Sicrano, Beltrano.

O Sr. **Danilo Santos** (MLSTP/PSD): — ... Sicrano, Beltrano, ok. Para todos.

Muito obrigado.

A Sra. **Presidente:** — Muito obrigada, Sr. Deputado Danilo Santos.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Leonardo.

O Sr. **João Leonardo** (MCI/PS-PUN): — Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Ministro do Planeamento e Finanças, Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, Srs. Técnicos da Assembleia Nacional, População do Príncipe, São Tomé e Príncipe, bom dia.

Sra. Presidente, a minha intervenção vem realmente na esteira dos acontecimentos do dia 26 de Fevereiro, do incidente que houve, um incêndio aí na zona do mercado, das barracas e dos quiosques que estavam ali à volta, para realmente apelar ao Governo no sentido de uma intervenção. Não sei em que ponto está com o Governo Regional essa questão do incidente, mas é preciso uma intervenção para as pessoas que realmente tiveram esse triste acontecimento.

Apelar também ao Governo para dinamizar formação para o corpo de bombeiros do Príncipe, porque esta parte está um bocado obsoleta. Quer dizer, não há bombeiros com grandes formações no Príncipe, não há um corpo de bombeiro próprio e capacitado para essas intervenções. Não há viaturas de bombeiro em boas condições para intervir, porque se houvesse, se calhar poderia haver realmente algum estrago, mas não tão grande como houve. E as pessoas apoiaram bastante, por isso é que não aconteceu o pior.

Daí que o nosso apelo é para que o Governo realmente se inteire dessa situação, dessa questão de bombeiros, pois há 4 anos tivemos uma situação idêntica na zona de Ponta do Sol e estamos sempre a bater neste assunto, mas até hoje esse processo ainda está moroso, não ficou resolvido.

Daí que nós gostaríamos que houvesse realmente uma diligência para que as pessoas que foram vítimas do incêndio que são pais de família pudessem restabelecer as suas vidas e os seus negócios.

Obrigado.

A Sra. **Presidente:** — Muito obrigada Sr. Deputado João Leonardo, do Grupo Parlamentar do MCI/PS-PUN.

Tem a palavra o Sr. Deputado Levy Nazaré.

O Sr. **Levy Nazaré** (BASTA): — Sra. Presidente, gostaria de cumprimentar a todos respeitando a devida precedência protocolar.

Antes do assunto da ordem do dia, de extrema importância que nos traz aqui que é o acordo, neste período de antes da ordem do dia gostaria também, em meu nome pessoal e do Movimento BASTA, manifestar a nossa solidariedade com o que aconteceu com os nossos concidadãos, irmãos, da Região Autónoma do Príncipe, mas não ficamos só pela manifestação de solidariedade, gostaríamos também de pedir ao Governo, de uma forma da nossa linguagem do dia-a-dia para ajudar e apoiar os sinistrados, de uma forma directa e clara.

Sr. Ministro das Finanças, sabemos sim, que o País não está bem em termos económicos e financeiros, as dificuldades que o País tem em termos financeiros, mas há situações que nos ultrapassa e há situações que devem merecer da nossa parte e do Governo, em particular, a prioridade das prioridades. Sem levar muito tempo em criar comissões, averiguações, etc., é de facto ajudar aqueles comerciantes, empresários

que sofreram com esse incêndio. De uma forma directa, dentro, obviamente, das possibilidades orçamentais e do dinheiro que o Governo tem disponível, mas precisam de apoio.

Quanto ao Movimento BASTA também informar aqui, não só aos Deputados, mas como todos os cidadãos, que o Movimento BASTA é um Partido da oposição, mesmo quando fazemos as nossas intervenções contribuimos com propostas concretas para a resolução de inúmeros problemas que o País tem, como fizemos na altura da discussão do Orçamento.

Logo, dizer que existem dois partidos na oposição nesta Casa Parlamentar, não existe só o MLSTP/PSD, existe também o Movimento BASTA. Somos um Partido pequeno, pois, com dois Deputados e uma Câmara sim, participamos pela primeira vez na história democrática numa eleição e conseguimos esses resultados, mas somos um partido de oposição. A oposição não é só um partido.

Digo isto porque tendencialmente verificamos que há uma lógica de não se referir ao Movimento BASTA quando se faz intervenções como se fosse dois partidos iguais, não. É como também não considero que o MCI/PS-PUN seja o ADI ou o ADI seja o MCI/PS-PUN, independentemente de terem uma aliança, essa aliança é hoje, mas poderá deixar de ser amanhã. Mas são partidos diferentes e o MCI/PS-PUN suporta o Governo, mas não é o ADI, são dois partidos diferentes.

Por isso, peço aos Deputados, que nas suas intervenções, quando falam oposição, não, é verdade que têm de referir qual oposição, qual partido da oposição?

É isso que gostaria de dizer e o Movimento BASTA vai continuar a fazer o seu caminho, a apresentar as suas propostas para que tenhamos um São Tomé e Príncipe melhor.

Muito obrigado.

A Sra. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Abnildo d' Oliveira.

O Sr. **Abnildo d' Oliveira** (ADI): — Sra. Presidente, Srs. Ministros, Sras. e Srs. Deputados, Povo de São Tomé e Príncipe, as minhas cordiais saudações.

Como não tinha feito antes e por se tratar da minha primeira intervenção este ano, também gostaria, pese embora estarmos já no terceiro mês, desejar a todos os são-tomenses votos de um bom ano do fundo do coração.

Gostaria de associar a minha voz aos outros e endereçar uma palavra de conforto e solidariedade para os nossos irmãos da Região Autónoma do Príncipe que conviveram com uma fatalidade provocada pelo incêndio.

Antes de entrar no centro da questão que trago, gostaria de endereçar uma palavra de apreço aos sindicalistas e a todos os professores e apelar para que haja um espírito de abertura e diálogo com o Governo para que se possa encontrar a solução para aquilo que apresentaram no caderno reivindicativo. Tomei conhecimento que há cerca de 22 pontos no caderno reivindicativo e creio eu que nas negociações o Governo e Sindicato conseguiram alcançar acordo em cerca de 17 pontos, e, portanto, aqueles que faltam é necessário encontrarem uma solução na mesa das negociações. Daí termos o equilíbrio e o bom-senso para que tudo se possa resolver tendo em conta a observância daquilo que são, por um lado, a realidade do País e também a expectativa de cada um. É de frisar também que a greve é um direito, nós aqui reconhecemos, sim, mas, no entanto, tendo em conta a realidade do País apelamos as partes para que possam negociar e encontrar uma solução.

Mas a minha questão tem a ver com o apelo que é notório por toda a classe política e também da necessidade da própria Nação, de encontrarmos uma plataforma, um denominador comum para que haja paz social, entendimento e espírito de luta. Em 1975 lutamos pela independência e havia um espírito de luta para sermos um Estado soberano e conduzirmos a nossa Nação e o nosso destino com as nossas próprias mãos, e conseguimos. De lá para cá, não vou aqui contar a história, tivemos momentos bons, mas muito desses momentos também menos bons que concorreram para que estivéssemos assim na situação em que estamos.

O diagnóstico político, económico e social está feito. É preciso todos arregaçarmos as mangas e trabalharmos. Disse o Presidente do meu Partido ADI, no congresso, que há necessidade, aliás apresentou vários eixos daquilo que é a visão do Partido ADI, entre eles, falou da necessidade da consciência, o nosso comportamento, a nossa atitude e a nossa forma de fazer.

Não quero responder à declaração política, não é essa a minha intenção, mas falou aqui o MLSTP/PSD da necessidade de todos unirmos para encontrarmos uma boa plataforma, porque sozinho não se consegue alcançar a meta desejada para o País.

Posso, posso não, devo felicitar o MLSTP/PSD por esta visão e que assim seja, de facto. Agora, sendo que o diagnóstico está feito, compreendemos que a conjuntura internacional não abona a nosso favor, sendo um país dependente de ajuda externa, é necessário encontrarmos soluções entre nós e por mais que tenhamos dinheiro, muito dinheiro, se não nos entendermos será difícil alcançarmos esse desiderato.

Então, o que está a faltar?

O Sr. **Danilo Santos** (MLSTP/PSD): — Entendimento.

O Sr. **Abnildo d' Oliveira** (ADI): — Fala-se de entendimento, falta entendimento. Será que falta entendimento?

Onde é que está a falhar na falta de entendimento, meus senhores?

Uma voz: — Huumm! Aí é que está!

O Sr. **Arlindo Barbosa:** — Está tudo dito!

O Sr. **Abnildo d' Oliveira** (ADI): — E digo não só para os Deputados cá na Sala, mas para todos os são-tomenses, no País e na diáspora. Porque há muitos compatriotas nossos que estão na diáspora que também contribuem para o insucesso com os seus discursos. São Tomé e Príncipe tornou-se num país em que os quadros são detonados, não se respeita ninguém. Agora diz-se que quem quer respeito, deve se respeitar, respeitar o outro para ser respeitado. A falta de entendimento na minha opinião tem a ver com o tal «enterrar o machado de guerra», conforme foi referido pelo anterior Primeiro-Ministro, Dr. Jorge Lopes Bom Jesus.

Aplausos do MLSTP/PSD.

Este é o ponto central que está a faltar-nos a todos. E o machado de guerra, sobretudo nos partidos políticos, todos os partidos políticos, porque cada partido político tem o seu machado de guerra, um maior para o adversário e um pequeno para dentro também.

Aplausos do MLSTP/PSD.

É necessário nós todos enterrarmos de uma vez por todas o machado de guerra, se não enterrarmos o machado de guerra vai ser sempre vingança e ódio. Agora pergunto, falamos sempre de ódio, de vingança. Quem vinga quem? Quem odeia quem e porquê? São coisas abstratas ou coisas verdadeiras? Até quando vamos continuar sempre com esses discursos? Até quando, Sras. e Srs. Deputados?

Quando digo machado de guerra é do Partido que suporta o Governo para com a oposição, como a oposição para com o Governo.

Aqui podemos falar das greves que é um direito e começo por apelar, gostaria que as greves não tivessem dedo político.

Aplausos e risos do ADI.

Protestos do MLSTP/PSD.

Porque assim não seria enterrar machado de guerra.

Apenas estou a levantar questões, não estou a afirmar, não estou a acusar.

Vozes do ADI: — Continua, continua.

O Sr. **Abnildo d' Oliveira** (ADI): — Senhoras e senhores, é necessário irmos além da classe política, além dos partidos políticos, porque o machado de guerra não está só nos partidos políticos; nas instituições, nas repartições, entre colegas, na administração, nas forças militares, paramilitares, cada instituição são-tomense tem um machado de guerra que é necessário enterrar. As organizações-não-governamentais

façam o papel de organizações-não-governamentais, não façam o trabalho de partidos políticos, enterrem o machado de guerra.

Uma voz: — Só agora, não é!?

O Sr. **Abnildo d' Oliveira** (ADI): — Tudo tem o seu tempo, há tempo para chorar e tempo para rir, se não foi antes então que seja agora.

Muito obrigado.

Aplausos do ADI e do MLSTP/PSD.

Murmúrios gerais.

A Sra. **Presidente:** — Muito obrigada, Sr. Vice-Presidente, Deputado Abnildo d' Oliveira.

O Sr. **Arlindo Barbosa:** — Depois entendam o alcance desta intervenção.

A Sra. **Filomena Monteiro:** — Têm que perceber!

A Sra. **Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Wuando Castro.

O Sr. **Wuando Castro** (MLSTP/PSD): — Sra. Presidente, Srs. Ministros, Caras e Caros Deputados, bom dia.

Começaria a minha intervenção pela última parte daquilo que disse, ... não respondendo o Sr. Deputado Abnildo, mas assumindo o repto por ele lançado nessa questão de enterrar o machado de guerra. Costumo dizer várias vezes aqui que temos que ser coerentes no discurso e na acção e a forma mais importante ou mais eficaz de influenciar os outros é dar o exemplo.

Sistematicamente ficamos aqui nos discursos bonitos, inflamados, mas na prática um está sempre à espera do outro. Quando nós, hoje na oposição, dizemos que o poder é que tem de dar o primeiro passo, é que tem de convidar a oposição para falar, apresentar proposta, discutir os grandes temas da Nação, algumas pessoas respondem: «ah, mas vocês também foram poder e não fizeram». Essa é a desculpa, esfarrapada.

Portanto, volto a dizer, dar o exemplo não é só a melhor forma de influenciar os outros, é única. Apelo também, junto a minha voz a esse apelo para se enterrar o machado e criar pontes. Que seja o ADI, hoje Partido maioritário no poder a dar esse exemplo, a esticar a mão, porque do lado do MLSTP/PSD sempre manifestamos a nossa disponibilidade para colaborar.

O Sr. **Nito Abreu** (ADI): — Ameaça.

O Sr. **Wuando Castro** (MLSTP/PSD): — E este exemplo pode ser dado a partir desta Casa, mesmo que a Direção, o Governo não queira, está com algum receio, os Deputados do Grupo Parlamentar do ADI podem dar esse exemplo, começando por viabilizar as candidaturas do MLSTP/PSD para os cargos internos e externos à Assembleia Nacional que 1 ano e 6 meses depois ainda estão pendentes.

Seria um sinal, seria um sinal.

O Sr. **José António Miguel** (ADI): — Vocês retiraram candidatura.

O Sr. **Wuando Castro** (MLSTP/PSD): — Seria um sinal de abertura e criação de pontes, de facilitar aquilo que é o processo normal e democrático.

Portanto, fica, Caro Vice-Presidente da Assembleia, Deputado Abnildo, meu colega da 1.^a Comissão, vizinho de Mé-Zóchi, homem de boa índole, está lançado então o repto para o Grupo Parlamentar do ADI.

Murmúrios do ADI.

Para construir esta ponte e começar a dar passos no sentido de entendimento e para se enterrar os machados de guerra, tanto externos como internos, pois nos partidos políticos também os há.

Em relação à greve, foi aqui dito também muito bem que as greves são direitos consagrados constitucionalmente e temos sempre a mania, o Vice dizer sempre que a greve, de achar que os sindicatos, os trabalhadores não pensam pela sua cabeça, que há sempre dedo político por trás. Não é bem assim, meus senhores, enquanto estamos no poder há uma greve, ADI tem dedo metido, o ADI está no poder o MLSTP/PSD tem dedo metido. Então, os funcionários, os Sindicatos não têm autonomia? Não pensam pelas suas cabeças para verem e analisarem a real situação do País e ver aquilo que são as suas condições de trabalho, as condições salariais e decidirem ou não avançar para greve? Porque num país onde as democracias são maduras, temos o exemplo de Portugal, assistimos. Quantas e quantas vezes há greves, manifestações e os líderes dos partidos acompanham os líderes sindicais nas manifestações, sobretudo os partidos de esquerda? Várias vezes. Não é problema nenhum, um partido político da oposição apoiar ou solidarizar-se com alguém que faz greve, apresentar eventualmente propostas alternativas. Nós aqui é que encaramos isso como um bicho de sete cabeças, depois há essas manobras de bastidores que algumas pessoas fazem e acham que toda a gente faz. Mas numa democracia madura é normal um partido de oposição solidarizar-se com um grupo ou sector que faça greve. Greve legítima que seja para reivindicar aquilo que os trabalhadores acham que são os seus direitos. E esta greve dos professores em concreto que começou hoje, ao que tudo indica. Lembrem-se que o Governo anterior assinou um acordo com as centrais sindicais em 2022 no sentido do aumento gradual do salário mínimo nacional; era 2.5 mil em 2022, passaria para 3.5 mil em 2023 e 4.5 mil em 2024, isso até foi consagrado num decreto-lei.

O novo Governo do ADI entrou, no primeiro ano disse que a situação era complicada, não havia condições e simplesmente rasgou esse acordo, mas na altura deixou abertura para que a partir do segundo OGE poderia haver a possibilidade de se enquadrar algumas questões que na altura as centrais sindicais reclamavam. Acontece que o OGE do ano passado não reflectiu isso. Porquê? O Governo continua a dizer que a situação financeira do País está complicada, que o contexto internacional está complicado, não conseguimos, sim senhor, fechar o acordo com o FMI. Mas por outro lado dá sinais que contraria o que dizem; aumento de despesas correntes, viagens, combustíveis, comunicação, como foi frisado aqui. Há sectores que beneficiaram de ajuste salarial em virtude das promoções que foram feitas, então é claro que os outros começam a ver que há filhos e há enteados. Porque é que o País está mal para uns e não está mal para todos? Se estiver mal para todos, toda a gente se contenta. Este é que é o problema, é para isto que temos que olhar. Enquanto estivermos a achar que uns são enteados, outros são filhos, uns merecem promoções, ajuste salarial e outros não, enquanto começamos a dar ar de que somos um Estado rico com aumento de despesas correntes inúteis e corte noutros sectores que são prioritários, nomeadamente a Saúde e a Educação, dá aso para que toda a gente ache que deve reivindicar o seu direito.

Portanto, a sugestão que posso dar aqui ao Sr. Ministro das Finanças, sobretudo, é que agora parece que o Governo pode ter conseguido uma margem, uma folga orçamental. Ficamos a saber em 20 de Fevereiro, fez-se aqui o mapeamento dos funcionários públicos existentes e chegou-se à conclusão que temos 14.740 mil funcionários públicos.

Lembro que no ano passado, não sei se foi no debate sobre o «Estado da Nação», da discussão do Orçamento, falou-se que tínhamos acima de 21 mil funcionários públicos o que naturalmente causava constrangimentos muito sérios ao nível de pagamento de salários. Se hoje, seja porque o cálculo foi mal feito na altura, seja em consequência desse êxodo que se tem verificado nos últimos 2 anos, há menos funcionários públicos do que estava previsto, acredito, o Sr. Ministro das Finanças quando tiver oportunidade poderá me corrigir se estiver errado, acredito que o próprio OGE, a previsão da massa salarial foi feita baseada nesse número que tínhamos no ano passado, mais de 21 mil funcionários públicos. Se hoje há confirmado 14.740 mil, então pode haver aqui alguma folga salarial para distribuir o mal pelas aldeias, eventualmente não chegar à totalidade daquilo que os professores reclamam, melhorar um bocadinho a massa salarial sem brigar com a gestão orçamental.

Esta é uma proposta que faço, caso seja possível, uma forma de, ... e apelar o Governo para, naturalmente continuar o diálogo aberto e franco com os sindicatos. É preciso. O nosso governo também, ao contrário do que disse, sofreu muitas greves e ameaças de greves e naturalmente, ...

Vozes do ADI: — Ameaça de greve é uma coisa, greve é, ...

O Sr. **Wuando Castro** (MLSTP/PSD): — ... se foram ameaças de greve e não houve greve é porque houve uma grande capacidade de diálogo e de conseguir dar resposta a aquilo que eram reivindicações dos sindicatos.

Quem diz que está pronto e é solução tem que ter esta capacidade de diálogo para conseguir esses entendimentos.

Obrigado.

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Sr. Deputado Wuando Castro.

Tem a palavra a Sra. Deputada Beatriz Azevedo.

A Sra. **Beatriz Azevedo** (MCI/PS-PUN): — Sra. Presidente, Srs. Ministros, Caras Senhoras Deputadas, Caros Senhores Deputados, muito bom dia.

Não sei se é só a nível do Distrito de Caué que tenho deparado com essa situação, é a nível da comunicação social. Desde a última paragem da Rádio Nacional, conseguiu-se reestabelecer, mas ainda continua com muito ruído, quase que não se percebe nada que é dito, nem nas notícias, nem nas músicas. O mesmo acontece com a TVS, o som é muito baixo e tem-se que aumentar o volume do televisor em cerca de 70% para se conseguir ouvir alguma coisa. Isso nos inquieta, porque um povo mal informado a sociedade é precária.

Também juntando a minha voz àqueles que me antecederam, solidarizar com os irmãos da Região Autónoma do Príncipe, sobre o incidente que aconteceu e apelar não só ao Governo, como a nós mesmos, a nível da nossa Casa Parlamentar, porque há um ditado em São Tomé que diz: «*Fifi ka fe klixton, pikina, pikina ka fe montxi.*», e em termos de solidariedade, não sei, é uma proposta, para que cada deputado desse aquilo que tiver para contribuir também para aquilo que aconteceu. Seria uma mais valia.

Muito obrigada pela vossa atenção.

A Sra. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado José António Miguel.

O Sr. **José António Miguel** (ADI): — Aproveito o tempo do meu Grupo Parlamentar para reflectir aqui com os colegas deputados.

Ao longo das reuniões plenárias verificamos uma situação que é preciso encontrarmos uma forma de ultrapassá-la. Tem a ver com a intervenção ou não de membros do Governo no Período de Antes da Ordem do Dia. Porque muitas questões são colocadas quase que diretamente como que fazendo perguntas ao Governo e temos na Sala membros do Governo, que depois não têm tempo para reagir.

Reparamos que na Legislatura passada, não sei se é por uma questão de habilidade ou não do, ... não sei o que se passava, mas era dado tempo ao Ministro ou pelos menos era solicitado ao Ministro para falar. Não sei se temos que trabalhar na perspectiva de olhar para o Regimento, corrigir ou alterar o Regimento na perspectiva de facilitar os membros do Governo poderem dar também a sua opinião, poder responder porque algumas questões são colocadas diretamente ao Governo.

Acho que a Mesa da Assembleia está a agir correctamente, porque está a respeitar o Regimento, mas acho que temos de encontrar uma forma de ultrapassar essa situação. Não sei, se a Mesa concordar comigo, Sra. Presidente, poderíamos ver se o Sr. Ministro das Finanças ou dos Assuntos Parlamentares podiam responder.

Eu cheguei à conclusão, depois de uma pequena reflexão que há muitas informações que as pessoas não têm. Tem havido negociações entre o Sindicato e o Ministério de Educação, também com a presença do Ministro das Finanças, mas são informações que, no meu ponto de vista, os próprios professores não têm. Porque numa negociação em que nós temos mais do que 20 pontos, por volta de 22, e em que se chegou ao entendimento em mais de 70% destes pontos, já foi dado um passo importante. É preciso de facto que os próprios professores, os próprios colegas meus neste caso, entendessem que é preciso as informações passarem para se ver. Pode ser que haja uma ou outra questão que não se conseguiu chegar ao entendimento e ir-se trabalhar na perspectiva de encontrar um consenso e poder evitar a greve. Nós sabemos o que é que acontece no País quando há uma greve. A greve de Educação sobretudo cria muitos constrangimentos às famílias de uma forma geral. Por isso havendo negociações, eu acho que pediria quer ao Sindicato dos Professores quer ao Governo, sobretudo ao Sindicato, que tentassem aproximar-se mais e continuar a discutir.

Outra questão é que com este Orçamento que nós acabamos de aprovar, há alguns ganhos que foram conseguidos para o sector da Educação. Apesar de não poder haver aumento salarial neste momento, pode-se contudo chegar ao consenso em relação a alguns aspectos que podem ser ultrapassados, no sentido de nós encontrarmos um entendimento e podermos ultrapassar a greve. Volto a dizer está no direito dos trabalhadores, mas é preciso esgotar também todas as possibilidades negociais. Depois de esgotarmos todas as possibilidades negociais, aí sim está no nosso direito partir para a greve. É preciso haver comunicação, muitas vezes entre os próprios professores, para além do Governo que precisa transmitir alguns ganhos que foram conseguidos e que estão previstos neste Orçamento ao Ministério e aos professores. Desde logo, nós temos a questão de institucionalização do subsídio de férias que nós sabemos que não era factível, não se praticava, e o subsídio de Natal aos funcionários públicos. É preciso nós passarmos a informar os professores, os funcionários públicos destes ganhos para que de facto, os professores percebam que se está a pensar nos professores. Porque a missão do Governo é governar, olhar para as pessoas, para as instituições poder ajudar, porque como disse no início a situação do País não é fácil, algumas pessoas falam de capacidade negocial, de evitar greve, mas eu acho que grande parte das questões que foram dos governos anteriores, não se conseguiu resolver os problemas de fundo. Porque se se tivesse conseguido resolver os problemas de fundo, obviamente não estaríamos perante várias situações de greve. Agora, o que houve são memoranduns que nunca saíram do papel, nunca deixaram de ser exactamente isso.

O Sr. **Danilo Santos** (MLSTP/PSD): — Vocês é que não pagavam.

Protestos do MLSTP/PSD.

O Sr. **José António Miguel** (ADI): — Por isso, sem levantar poeiras, sem criar debates, aqui não é espaço para debates, mas dizer que há necessidade de nós olharmos para isso. Olhem para o Orçamento, para aquilo que constitui ganhos, aspectos também importantes que o Orçamento traz. Podemos ver que, se eu não estiver em erro, acho que grande parte do bolo do Orçamento é para o sector social, sobretudo para a Educação.

Murmúrios.

Por isso, é preciso olhar bem para o Orçamento, olhar para os números correctamente. Quando se fala da questão de carreira dos professores, que é preciso pagar os professores, também aqueles que foram promovidos, é preciso pagá-los em função da sua ...

Uma voz: — Professor COVID.

O Sr. **José António Miguel** (ADI): — Caso dos professores COVID, nós tivemos situações em que este Governo tinha que resolver. É missão do Governo resolver os problemas. E nós não devemos dizer que o Governo resolveu, que fez-nos um favor. Não! É preciso resolver, mas é preciso também informar às pessoas que nós tivemos um número elevado de professores que estavam numa situação precária ao nível do Ministério de Educação, deixado pelo governo anterior, é preciso dizer, situação precária, e que se resolveu.

Então, é preciso nós começarmos a dizer as coisas para que as pessoas saibam que algumas coisas estão a ser feitas e é preciso continuarmos a conversar, a dialogar, passar informações aos professores para podermos ver se conseguimos ultrapassar essas situações.

Eu volto a dizer à Mesa da Assembleia, Sra. Presidente, se for possível e se os Ministros também estiverem disponíveis, caso não, depende agora do próprio Governo também.

O Sr. **Danilo Santos** (MLSTP/PSD): — Você sabe que não é regimental!

A Sra. **Presidente:** — Obrigada, Sr. Líder Parlamentar do ADI.

Como dizia e muito bem não é regimental, os Ministros estarem a intervir no período prévio, tanto é que mesmo na distribuição do tempo, os Ministros não têm tempo. Está tudo a zeros e a Mesa não pode unilateralmente decidir esta questão. Nós não temos habilidade suficiente para tentarmos passar por cima

do Regimento, tendo em conta que nós estamos aqui seguindo o Regimento, mas também nada veta a possibilidade dos Srs. Deputados e das Sras. Deputadas tendo em conta que o Plenário é soberano de conceder um momento de palavra ao Sr. Ministro, se assim o entender. Portanto, não quero estar cá a responder a intervenção do Líder, mas tendo em conta que o Sr. Líder fez esta intervenção directamente à Mesa, nós temos cá os Srs. Ministros, temos cá os Deputados, se nós em comum acordo acharmos que os Srs. Ministros podem falar ou responder uma ou outra situação. Porque não? Mas não é a Mesa unilateralmente que vai dizer o Sr. Ministro para intervir. Tendo em conta que...

O Sr. Vice-Presidente estava a fazer-me sinal.

Tem a palavra.

O Sr. **Abnildo d' Oliveira** (ADI): — Muito obrigado, Sra. Presidente.

Venho ao abrigo do artigo 100.º do Regimento da Assembleia Nacional, fazer um requerimento oral e submeter à Mesa, para que o Ministro dos Assuntos Parlamentares ou das Finanças possam responder, sobretudo à duas questões, uma de emergência, que é sobre o incêndio que ocorreu no Príncipe e outra da greve dos professores. Submeto à Mesa, a consideração deste requerimento oral.

A Sra. **Presidente**: — Sr. Vice-Presidente submeteu à Mesa um requerimento oral, nos termos do artigo 100.º. Qual é o ponto? Todo o 100.º? No ponto 5. diz: «Admitido qualquer requerimento, nos termos da alínea c) do artigo 29.º, é imediatamente votado sem discussão.»

Então, vamos submeter este requerimento à votação.

Submetido à votação, foi aprovado com 30 votos a favor e 13 abstenções. Então, está aprovado o requerimento oral.

Murmúrios.

Nós só votamos a favor. Vamos prosseguir com a votação.

Submetido à votação, o requerimento oral foi aprovado com 30 votos a favor e 13 abstenções.

O Grupo Parlamentar do ADI votou favoravelmente, com 23 votos, o Grupo Parlamentar do MCI/PS-PUN com 5 votos favoráveis, o Movimento BASTA com 2 votos favoráveis e 13 abstenções do Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD.

Está aprovado o requerimento oral submetido pelo Sr. Deputado Abnildo d' Oliveira, Vice-Presidente.

Murmúrios.

Portanto, vamos agora solicitar aos Srs. Ministros...

O Sr. **Levy Nazaré** (BASTA): — Declaração de voto!

A Sra. **Presidente**: — O Sr. Levy Nazaré quer fazer declaração de voto.

Tem a palavra.

O Sr. **Levy Nazaré** (BASTA): — Vamos aproveitar também esses momentos para mostrar o que é a democracia e como é que a Casa Parlamentar se processa. As pessoas podem pensar que pelo facto de sermos um Partido da oposição, votamos sempre contra ou abstenção a tudo. Nem por isso. Hoje decidimos votar a favor, porque eu acho que independentemente daquilo que foi dito, enterrar o machado de guerra, eu fico satisfeito de saber que a minha luta de 6 anos, está a ter frutos, vai entrar nas mentes das pessoas. Decidimos votar a favor, porque na nossa opinião, até nem era necessário usar isso, era usar o bom senso, porque eram matérias que a população quer ver esclarecida. Foi dito também que a Mesa da Assembleia na legislatura anterior, não é porque fazia, não é porque decidia...

A Sra. Presidente esteve muito bem, interpretou bem de facto a função da Mesa e deixar o Plenário decidir, por isso é de extrema importância, mesmo não tendo direito à palavra, no período antes da ordem do dia, mas se a Nação poder ter alguns esclarecimentos dos membros do Governo é normal e é consensual, daí nós votamos a favor.

Obrigado.

Aplausos do ADI.

Desculpa e mostrar mais uma vez que o MLSTP/PSD é MLSTP/PSD e BASTA é BASTA.

Murmúrios, risos e aplausos do ADI.

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Sr. Deputado Levy Nazaré.

Tem a palavra o Sr. Deputado Danilo Santos, Líder do MLSTP/PSD para fazer também a sua declaração de voto.

Uma voz: — Falou fora do microfone.

O Sr. **Danilo Santos** (MLSTP/PSD): — Estou tranquilo.

Sra. Presidente, votamos abstenção com todo sentido de Estado. O Governo tem todos os mecanismos, porque se o Governo quisesse esclarecer a população já teriam feito todas as démarches. Em 2 minutos, o Governo não vai conseguir aqui explicar o que a população lá em casa quer ouvir. Existem vários detalhes, ...

Murmúrios.

... o Deputado José António, Líder Parlamentar do ADI disse cá que há vários ganhos, vários benefícios, em 2 minutos, o Governo não explica isso. Portanto, o Governo pode perfeitamente bem convocar uma conferência de imprensa para esclarecer tudo o que tem para esclarecer. Por isso é que nós votamos abstenção.

Muito obrigado.

Murmúrios.

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Sr. Líder Parlamentar.

Vamos conduzir os nossos trabalhos, vamos ter calma. A Mesa só esclarece uma situação. O Sr. Vice-Presidente pediu a palavra nos termos do artigo 100.º, ao fazê-lo é que não podia exceder 2 minutos, mas a intervenção do Ministro não tem tempo.

Aplausos do ADI.

Murmúrios gerais.

No artigo citado no ponto 4. diz o seguinte: «Os requerimentos orais, assim como a leitura dos requerimentos escritos, se pedida, não podem exceder 2 minutos.» O Vice-Presidente ao fazê-lo não podia exceder 2 minutos, mas quem responder, aqui não determina o tempo.

Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente.

O Sr. **Abnildo d' Oliveira** (ADI): — Sra. Presidente, já estou ultrapassado.

A Sra. **Presidente**: — Então, só me resta chamar o Sr. Ministro do Planeamento e Finanças para proferir algumas palavras.

Murmúrios.

Não tendo tempo fixado para o Governo, nós podemos atribuir 10, 15, 20 minutos ao Governo?

Estamos a tratar de algo simples, mas é sério. Por não estar assegurado, não há tempo destinado ao Governo, nós podemos definir também o tempo. Vamos dar 15 minutos?

Vozes: — Sim.

A Sra. **Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Ministro. Pode nem chegar aos 5 minutos, mas tem 15.

Murmúrios.

O Sr. **Ministro do Planeamento e Finanças:** — Sra. Presidente, a Mesa, Sras. e Srs. Deputados, bom dia.

Esta intervenção era necessária para poder explicar algumas questões que foram aqui colocadas que não estão devidamente enquadradas, por isso é que desde logo, o Governo agradece essa oportunidade. Porque sendo dito aqui é importante que seja esclarecido aqui.

Desde logo, relativamente a questão do incêndio ocorrido na Região Autónoma do Príncipe, o Governo na última sessão do Conselho de Ministros analisou a situação e tem estado a acompanhar e como orientação está a aguardar o relatório da situação que está a ser desenvolvido por uma comissão que foi criada pelo Governo Regional e a partir deste relatório, o Governo irá analisar a possibilidade e a forma de poder ajudar os sinistrados.

Relativamente às questões ligadas à greve no sector da Educação é importante esclarecer que foi submetido um caderno reivindicativo com 22 pontos, dos quais 80% foram atendidos. Estamos a falar de 17 contra 22 e antes mesmo do Governo fechar o Orçamento e submetê-lo à Assembleia teve a preocupação de reunir as Centrais Sindicais e explicar o que é que estava a ser preparado para o ano 2024, e naquelas reuniões, foram duas, com as centrais separadamente, e os membros representantes da classe docente estiveram presentes e foram informados que no presente ano 2024 não era possível fazer-se qualquer aumento salarial. Isto por situações que todos nós conhecemos, porque uma coisa é considerar de justa a reivindicação, os próprios Deputados também reclamam do salário que auferem que é curto, não chega para tudo, mas é o possível que o País pode atribuir neste momento.

Foi aqui dito pelo Sr. Deputado Wuando Castro que os outros sectores tiveram melhorias via promoção, a Educação também. Isso está escrito no Orçamento Geral do Estado. A impossibilidade de fazer aumento salarial deriva do facto de ser atendido para além dos pontos aí elencados pelo Sr. Deputado José António. A regularização das promoções contrariamente ao que se tem dito ou tentando passar, não é apenas no sector da Defesa e Segurança, na Educação e na Saúde também e os professores sabem disso. A carreira dos professores está de certa forma estagnada desde 2013, e nesta Proposta de Orçamento está previsto recurso para regularizar todas as promoções necessárias no sector da Educação e na Saúde também, para que as pessoas tomem conhecimento. E ao nível das negociações que têm tido lugar foram quatro reuniões presididas pela Ministra da Educação, Cultura e Ciências, uma delas eu estive presente, e como dizia, antes mesmo de fecharmos a Proposta de Orçamento, também tínhamos informado deste facto. Daí que sendo a greve um direito legítimo dos trabalhadores é importante que todo o ecossistema envolvente tenha conhecimento do que é que se está a passar. Foi dito aí que se o Governo quisesse podia dar uma conferência de imprensa, essa conferência de imprensa está agendada, será dada. A explicação é necessária porque aqui foram citados factos que não correspondem à verdade. Por isso é necessário explicar.

O Sr. **Danilo Santos** (MLSTP/PSD): — Quais são os factos?

O Sr. **Ministro do Planeamento e Finanças:** — Foi dito aí que o ajuste salarial foi feito via promoções, foram feitos para outros sectores, mas para a Educação não. Isto não é verdade. Os ajustes salariais também foram feitos no sector da Educação. Educação, Saúde e Defesa. Isto está escrito no Orçamento Geral do Estado.

Uma voz do ADI: — Não leram.

O Sr. **Ministro do Planeamento e Finanças:** — E um outro facto aí, isto foi dito na Proposta do Orçamento Geral do Estado que foi aprovada, o sector da Educação tem a maior fatia, 18,3%, está lá escrito.

Uma voz do ADI: — Eles sabem.

O Sr. **Danilo Santos** (MLSTP/PSD): — Qual é o bolo?

O Sr. **Ministro do Planeamento e Finanças**: — Exactamente, é o bolo que se tem e tem-se que distribuir para todos.

O Sr. **Wuando Castro** (MLSTP/PSD): — Não foi proporcionalmente bem distribuído.

Murmúrios do ADI.

O Sr. **Ministro do Planeamento e Finanças**: — Portanto, um outro aspecto que aqui foi levantado que para quem não esteja por dentro faz alguma confusão, tem a ver com o número de funcionários, uma coisa é contar o indivíduo fisicamente, outra coisa é a iteração que se tem quando um indivíduo está num sector, mas depois pratica actividade noutro sector.

Uma voz do ADI: — Isso é boca! Ele está a comer duas bocas!

O Sr. **Ministro do Planeamento e Finanças**: — Para o efeito, não é duplicação, passo a explicar, para o efeito de contabilização e o apuramento da massa salarial não são os nomes dos indivíduos que contam, são os lugares que eles ocupam. Eu tenho um indivíduo, por exemplo que é técnico no Ministério da Agricultura e que dá aulas, para efeito orçamental ele corresponde à duas pessoas. Daí a diferença entre o número 20 mil e os 14 mil. Contabilizando indivíduo, por indivíduo, excluindo repetições são 14 mil, mas para efeito de massa salarial, há indivíduo que desdobra.

O Sr. **Danilo Santos** (MLSTP/PSD): — Há desdobrados.

Murmúrios.

O Sr. **Ministro do Planeamento e Finanças**: — Exactamente.

Há indivíduos na Defesa que repete na Saúde, na Saúde que repete na Defesa, na Defesa que repete na Educação e por aí adiante.

Murmúrios.

Portanto, este facto é que gera a diferença da cifra.

Para dizer que relativamente à situação da greve, o Governo está empenhado em continuar as negociações explicando porquê que não pode ir para além daquilo que já foi apresentado, porque independentemente da vontade das pessoas, há um constrangimento que limita, que é a real capacidade do País poder atender às aspirações e expectativas das pessoas.

Portanto, era este esclarecimento que gostaria de fazer aqui.

Muito obrigado.

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Sr. Ministro do Planeamento e Finanças pelos esclarecimentos.

Para dizer ainda que nós aprovamos o requerimento submetido pelo Sr. Vice-Presidente, nos termos do artigo 100.º do Regimento. Eu errei, e aqui humildemente assumo o meu erro, porque no ponto 7 do mesmo artigo diz: «Que não são admitidas declarações de voto orais». A gente erra, mas permanecer no erro é que não pode, para que não se abra precedente. Para a próxima saibam pois, que no quadro do artigo 100.º não há declarações de voto orais. Combinado?

Muito obrigada.

O Sr. **Pedro Carvalho** (ADI): — Isso é que é uma professora.

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada.

Uma voz: — Muito bem.

Aplausos.

A Sra. **Presidente**: — Vamos prosseguir, vamos agora ao primeiro ponto...

O Sr. **Arlindo Barbosa** (MLSTP/PSD): — Ainda não.

A Sra. **Presidente**: — O Sr. Deputado está inscrito, ou vai-se inscrever agora?

Mas ainda tem tempo, não há problemas também.

Tem a palavra o Sr. Deputado **Arlindo Barbosa**.

O Sr. **Arlindo Barbosa** (MLSTP/PSD): — Eu tinha pedido precisamente Sra. Presidente, por causa do tal requerimento. E a Presidente rapidamente submeteu à votação, era para levantar a questão do ponto sete, que não havia enquadramento, e infelizmente não me deram palavra, mas pronto, a coisa passou e a Presidente penitenciou.

Dois, três aspectos. Primeiro: O apelo que nós fazemos é que, esses detalhes são bons, mas o que nós apelamos ao Governo é que rapidamente se ultrapasse a questão, porque o sector da Educação é um sector chave nos pilares da democracia e do desenvolvimento, e não podemos arrastar essa greve por muito mais tempo. Esperemos que o Governo resolva rapidamente essa questão.

Segundo aspecto: Que me pediram para colocar, é sempre assim, às vezes as pessoas, nós somos Deputados coletivos, e quando queremos defender a classe e nem toda gente tem essa coragem e eu não vou entrar em questões muito detalhadas.

Sra. Presidente, eu tinha levantado no Orçamento da Assembleia, a questão da dignidade dos Deputados, e coloquei dois assuntos.

Uma questão é a questão das decisões que são aplicadas aqui e outra questão é a questão dos transportes. Eu não vou entrar em detalhes. Mas o transporte que vai buscar os Deputados em Lembá, não dignifica a Casa.

Eu ando nesse transporte, poucas vezes. Tenho carro pessoal, feliz ou infelizmente. E eu quero felicitar o Deputado que dá apoio à Assembleia, para esse transporte dos Deputados. Mas, temos que avaliar o tipo de viaturas que trazem os Srs. Deputados. E eu estou a colocar essa questão, porque pediram-me para falar, eu como sou de Lembá não uso esse transporte com frequência, mas isso não pode acontecer nas próximas reuniões plenárias. Eu até tenho dito os meus colegas, se depender de mim a gente não vem para a plenária. Não é normal, e a Presidente procura saber, vê com o Secretário-Geral, que tipo de carro foi buscar os Deputados, hoje.

Um último aspecto, já que os Ministros podem fazer esclarecimentos nesse ponto, eu vi que há um memorando, já há um decreto, ou um compromisso de aumento do preço combustível. Gostaria saber se existe ou não existe, e se o Sr. Ministro tem alguma explicação em relação a isto.

Muito obrigado.

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Sr. Deputado **Arlindo Barbosa**.

Todos temos a consciência de que as viaturas que fazem transporte dos Deputados na Zona Norte e da Zona Sul, não estão em melhor forma, nós a Mesa, os Serviços Administrativos, temos tentado melhorar, mas é o que temos, vamos ver se para as próximas reuniões plenárias tenhamos um ou outro, com alguma intervenção, mas terão que ser os mesmos, o Sr. Presidente do Conselho de Administração que não me deixa mentir. Nós no Orçamento da Assembleia elencamos um valor para compra de duas viaturas para o efeito. Quer dizer que não estamos alheios a esta situação.

Com a relação a pergunta colocada ao Ministro, não sei se a ideia era responder só.... intervir uma vez ou ir respondendo.

O Sr. **Arlindo Barbosa** (MLSTP/PSD): — Essa é importante.

A Sra. **Presidente**: — Não sei, não sei.

O Sr. **Elísio Teixeira** (ADI): — Não está no Regimento.

Risos.

A Sra. **Presidente**: — Sr. Ministro quer responder? Vai depender de si. Quererá responder?

O Sr. **Ministro do Planeamento e Finanças**: — Sim.

A Sra. **Presidente**: — Tem a palavra, por favor.

O Sr. **Ministro do Planeamento e Finanças**: — Há um regulamento que define a atualização dos preços. E para dizer, bom hoje sendo dia 1 nessa altura já posso falar. Mas o anúncio não pode ser antecipado. Mas temos três produtos, o gasóleo, a gasolina e o petróleo, e um deles apenas será atualizado o preço, que é o petróleo. Porque o preço que tem sido praticado atualmente 19 dobras, está abaixo do custo. Isto tem contribuído para o aumento do diferencial do preço. A dívida do aumento do diferencial do preço, que o Estado tem para com a ENCO. Por isso, o Governo analisou a questão e decidiu pela atualização do preço do petróleo.

Uma voz: — Só petróleo?

O Sr. **Ministro do Planeamento e Finanças**: — Só petróleo.

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Sr. Ministro.

Já podemos passar para o primeiro ponto da nossa agenda? Vamos.

Nós temos para o primeiro ponto, a discussão e votação na generalidade, especialidade e final global do Projecto de Resolução n.º 62/XII/3.ª/2024, que é o Assentimento para que o Presidente da República possa se ausentar do Território Nacional, entre os dias 8 e 10 de Março com destino à República da Guiné Equatorial. Então vou pedir a Sra. Secretária da Mesa, que apresente a carta de Sua Excelência o Presidente da República.

A Sra. **Secretária**: — Sra. Presidente, Caros Deputados, bom dia.

Vou proceder então à leitura da missiva proveniente de Sua Excelência o Presidente da República.

«Excelentíssima Sra. Presidente da Assembleia Nacional.

São Tomé.

Assunto: Pedido de Assentimento para ausentar do Território Nacional.

Devendo deslocar-me a Guiné Equatorial, a convite de Sua Excelência o Sr. Obiang Nguema Mbasogo, Presidente daquele país e Presidente em exercício da Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC), para participar na 24.ª Sessão da Conferência Ordinária dos Chefes de Estado do Governo da CEEAC, a realizar-se na Cidade de Malabo no dia 10 de Março próximo, venho, em observância do disposto no n.º 1 do artigo 85.º da *Constituição da República*, solicitar o assentimento da Assembleia Nacional para me ausentar do *Território Nacional* entre os dias 8 e 10 de Março de 2024.

Com os meus melhores cumprimentos.

Palácio do Povo em São Tomé, aos 23 de Fevereiro de 2024.

O Presidente da República, Carlos Manuel Vila Nova.»

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Sra. Secretária da Mesa.

Solito ao Sr. Deputado Elísio Teixeira, Presidente da 1.ª Comissão, o parecer da Comissão, por favor.

O Sr. **Elísio Teixeira** (ADI): — Sr. Deputado Edmilson das Neves.

A Sra. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Edmilson das Neves.

O Sr. **Edmilson Neves** (ADI): — Gostaria de cumprimentar a Sra. Presidente, os Srs. Membros do Governo, as Sras. e os Srs. Deputados, os Técnicos da Comunicação Social e da Casa Parlamentar, e o Povo de São Tomé e Príncipe, muito bom dia.

Venho proceder à leitura do «Parecer da Comissão Dos Assuntos Políticos, Jurídicos, Constitucionais, Administração Pública e Ética, sobre o Projecto de Resolução n.º 62/XII/3.ª/2024 – Assentimento para o Presidente da República se ausentar do Território Nacional, entre os dias 8 e 10 de Março, com destino à República de Guiné Equatorial.

Foi submetido à Assembleia Nacional, no dia 27 de Fevereiro do corrente ano, um pedido de assentimento de Sua Excelência o Presidente da República, para se ausentar do Território Nacional, a convite de Sua Excelência o Senhor Teodoro Obiang Nguema Mbasogo, Presidente daquele País e Presidente em Exercício da Comunidade Económica dos Estados da África Central, para participar na 24.^a Sessão da Conferência Ordinária dos Chefes de Estados e de Governo do (CEEAC) a realizar-se na Cidade de Malabo, no dia 10 de Março.

Para o efeito, a 1.^a Comissão Especializada Permanente reuniu-se no dia 27 de Fevereiro do corrente ano para, dentre outros assuntos, analisar o supracitado pedido e indigitar o relator.

Após uma análise da missiva de Sua Excelência o Presidente da República, a Comissão concluiu que a solicitação cumpre os requisitos legais previstos no n.º 1 do artigo 85.º da *Constituição*, conjugado com o n.º 1 do artigo 244.º do Regimento da Assembleia Nacional.

Neste sentido, a Comissão recomenda à Mesa da Assembleia Nacional a submeter o referido assentimento ao Plenário, para os devidos efeitos.

Eis o parecer da 1.^a Comissão sobre o assunto em epígrafe.

São Tomé, 27 de Fevereiro do ano 2024.

O Presidente, Elísio Teixeira.

O Relator, Edmilson das Neves.»

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Sr. Deputado Edmilson das Neves.

Convido a Sra. Secretária da Mesa, para apresentar o Projecto de Resolução.

A Sra. **Secretária**: — «Projecto de Resolução n.º 62/XII/3.^a/2024 – Assentimento para o Presidente da República se ausentar do Território Nacional, entre os dias 8 e 10 de Março, com destino à República de Guiné Equatorial.

Preâmbulo.

Tendo em conta o pedido de assentimento formulado por Sua Excelência o Presidente da República Democrática de São Tomé e Príncipe, através da sua missiva datada de 23 de Fevereiro do corrente ano;

A Assembleia Nacional resolve, nos termos da alínea b) do artigo 97.º da *Constituição*, o seguinte:

Artigo 1.º. Assentimento.

É dado assentimento, nos termos do n.º 1 do artigo 85.º da *Constituição*, para o Presidente da República se ausentar do Território Nacional, entre os dias 8 e 10 de Março do corrente ano, com destino à República de Guiné Equatorial, para participar na 24.^a Sessão da Conferência Ordinária dos Chefes de Estado e de Governo da CEEAC, a realizar-se na Cidade de Malabo, no dia 10 de Março.

Artigo 2.º. Entrada em vigor.

A presente Resolução entra imediatamente em vigor.

Assembleia Nacional, em São Tomé, aos 28 de Fevereiro de 2024.

A Presidente da Assembleia Nacional, Celmira de Almeida do Sacramento dos Santos Lourenço».

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Sra. Secretária da Mesa.

Está aberta a discussão, Sras. e Srs. Deputados, alguma intervenção à volta do Projecto de Resolução apresentado?

Não havendo, vamos submeter à votação.

Estamos na sala 43 Deputados.

Não havendo qualquer intervenção, vou submeter para votação na Generalidade.

Submetido à votação foi por unanimidade.

Está aprovado o Projecto de Resolução n.º 62/XII/3.^a/2024 – Assentimento para o Presidente da República se ausentar do Território Nacional, entre os dias 8 e 10 de Março, com destino à República de Guiné Equatorial, na generalidade, com 43 votos a favor.

Passando para votação na especialidade. Preâmbulo.

Submetido à votação foi aprovado por unanimidade.

Artigo 1.º. Assentimento.

Submetido à votação foi aprovado por unanimidade.

Artigo 2.º. Entrada em vigor.

Submetido à votação foi aprovado por unanimidade.

Importa referir que 43 votos é voto por unanimidade. É o número de Deputados que se encontra na Sala. Vamos submeter para votação Final Global.

Submetido à votação foi aprovado por unanimidade.

Continuando os nossos trabalhos, vamos passar para o segundo ponto que é a discussão e votação na generalidade, especialidade e final global, da Proposta de Resolução n.º 24/XII/3.ª/2024 – Acordo de Empréstimo entre a República Democrática de São Tomé e Príncipe e o Banco Europeu de Investimento, visando a melhoria do Sistema de Abastecimento de Água Potável na Cidade de São Tomé.

Tratando-se de uma proposta de resolução, chamo o Sr. Ministro de Plano e Finanças para apresentar a proposta.

Tem a palavra Sr. Ministro do Planeamento e Finanças.

O Sr. **Ministro do Planeamento e Finanças**: — Uma vez mais, bom dia Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Portanto, como disse trata-se de um acordo de financiamento com o Banco Europeu de Investimento, com a finalidade de financiar o projecto de melhoria do sistema de abastecimento de água à Cidade Capital e arredores.

O financiamento é no montante de 4.440.000,00 euros, num total de 15.000.000,00 euros do custo total do projecto.

A situação do abastecimento de água no País é de todos conhecido, e este projecto do qual estamos a requerer ratificação do acordo, a sua implementação terá impacto directo e positivo na vida das pessoas do Distrito de Água-Grande, por sinal o mais populoso do País, e a ratificação agora requerida é o ponto em falta para a efetividade do financiamento e por conseguinte para se dar início às obras.

Muito obrigado.

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Sr. Ministro.

Em condições normais teríamos dois pareceres, um da 2.ª Comissão e outro da 1.ª Comissão, mas tendo em conta que nos encontramos de férias parlamentares, só a 1.ª Comissão encontra-se em efetividade, porque nós aqui aprovamos uma resolução para que a 1.ª Comissão trabalhe durante as férias parlamentares. Por isso, eu solicito ao Sr. Deputado Elísio Teixeira, Presidente da 1.ª Comissão, a apresentação do parecer.

O Sr. **Elísio Teixeira** (ADI): — Sr. Deputado Wuando Castro.

A Sra. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Wuando Castro.

O Sr. **Wuando Castro** (MLSTP/PSD): — Sra. Presidente, passo então a ler o «Parecer da 1.ª Comissão, relativo ao Acordo de Empréstimo entre o Governo da República Democrática de São Tomé e o Banco Europeu de Investimento, visando a melhoria do sistema de abastecimento de água potável na cidade de São Tomé e arredores.

Enquadramento.

O Governo, através do Ministro da Presidência do Conselho de Ministros, dos Assuntos Parlamentares e da Coordenação do Desenvolvimento Sustentável, remeteu à Assembleia Nacional uma Proposta de Resolução que aprova o Acordo de Empréstimo entre a República Democrática de São Tomé e Príncipe, o Banco Europeu de Investimento e a EMAE – Empresa de Água e Eletricidade, para o projeto de melhoria do abastecimento de água à Cidade de São Tomé e arredores, nos termos da alínea e) do artigo 111.ª da

Constituição da República, conjugado com o n.º 3 do artigo 51.º da Lei-Quadro da Dívida Pública e do n.º 3 do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 1/2014, que aprova o Regulamento da Lei-Quadro da Dívida Pública.

Trata-se de um acordo de financiamento no valor total de € 15.000.000,00, destinados a financiar o projeto da EMAE – Empresa de Água e Eletricidade, para a melhoria do abastecimento de água potável à Cidade de São Tomé e arredores, sendo o valor de € 8.440.000,00 (oito milhões, quatrocentos e quarenta mil euros) referente à parte do crédito e o valor de € 6.560.000,00 (seis milhões, quinhentos e sessenta mil euros) referente à parte do donativo.

Cumprir analisar.

1. Trata-se de um Acordo enquadrado nas regras gerais do BEI – Banco Europeu de Investimento, a ser desembolsado no máximo de 8 parcelas, sendo a primeira parcela de valor mínimo de 500.000,00 euros e as restantes parcelas, no valor mínimo de 1.000.000,00 de euros.
2. Os termos do Acordo garantem a compatibilidade com a política anual de endividamento público e as condições dos novos endividamentos, definidos na Estratégia Anual da dívida pública em vigor, exigida pela Lei-Quadro da Dívida Pública, no seu artigo 38.º.
3. A Proposta obedece aos termos concessionais, atendendo à situação actual da dívida pública, que se encontra no limite da sustentabilidade, demonstrada pela falta de capacidade de reembolso do Tesouro Público, com taxa de juro variável entre 1 a 1.5%.
4. O prazo do empréstimo será de mais de 25 anos, incluindo um período de carência de mais de 5 anos.
5. Não se juntou ao processo o parecer favorável do Banco Central de São Tomé e Príncipe, nos termos do artigo 42.º da Lei n.º 1/2013 – Lei-Quadro da Dívida Pública e do n.º 1 do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 1/2014, que aprova o Regulamento da Lei-Quadro da Dívida Pública.

Conclusão e recomendação.

Apesar da omissão referida no ponto 5 do capítulo anterior, o presente Acordo cumpre todos os requisitos legais para a aprovação pela Assembleia Nacional. Assim, nos termos da alínea b) do artigo 97.º da *Constituição da República*, esta Comissão recomenda à Mesa da Assembleia Nacional que a supracitada Proposta de Resolução seja submetida ao Plenário, para os devidos efeitos.

É este o teor do nosso parecer.

São Tomé, em 27 de Fevereiro de 2024.

O Presidente, Elísio Teixeira.

O Relator, Wuando Castro de Andrade.»

Muito obrigado pela vossa atenção.

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Sr. Deputado Wuando Castro.

O Sr. **Elísio Teixeira** (ADI): — Pedido de esclarecimento.

A Sra. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Elísio Teixeira, para pedido de esclarecimento.

O Sr. **Elísio Teixeira** (ADI): — Sra. Presidente e a Mesa, Srs. Deputados, Srs. Ministros, muito bom dia.

No parecer faz-se referência que não se juntou ao documento, o parecer do gabinete da Dívida Pública do Banco Central. Logicamente que nós solicitamos o documento ao Governo com carácter de urgência, com conhecimento da Mesa da Assembleia, só que como tínhamos urgência para aprovar o texto, quando os documentos cá chegaram já tínhamos avançado com o parecer.

Para dizer que os documentos vieram do Governo, mas vieram atrasados pelo que nós dizemos no parecer que não foram juntos, mas eles vieram e estão junto ao processo.

Obrigado.

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, pelo esclarecimento Sr. Deputado Elísio Teixeira, Presidente da 1.ª Comissão.

Vamos submeter a proposta de resolução para análise.

Tem a palavra a Sra. Secretária da Mesa.

A Sra. **Secretária**: — Vou fazer a leitura do «Texto Final da Proposta Resolução n.º 24/XII/ 3.ª/2023 – Acordo de Empréstimo entre o Governo da República Democrática de São Tomé e Príncipe e o Banco Europeu de Investimento.

Preâmbulo.

O Governo da República Democrática de São Tomé e Príncipe celebrou com o Banco Europeu de Investimento, no dia 31 de Dezembro de 2022, em Luxemburgo, um Acordo de empréstimo no valor de EUR 8.440.000 (oito milhões, quatrocentos e quarenta mil euros), destinado a financiar 57% do custo total do Projecto de Melhoria do Sistema de Abastecimento de Água Potável na Cidade Capital e Arredores, orçado em EUR 15.000.000 (quinze milhões de euros), projectado pela Empresa de Água e Electricidade (EMAE).

Considerando que, o referido empréstimo é desembolsado em oito parcelas no máximo, sendo o montante mínimo de cada parcela corresponde a EUR 1.000.000 (um milhão de euros) ou (se inferior) ao saldo não desembolsado do crédito. No entanto, a primeira parcela pode corresponder a um montante mínimo de EUR 500.000 (quinhentos mil euros).

A Assembleia Nacional resolve, nos termos da alínea b) do artigo 97.º da Constituição, o seguinte:

Artigo 1.º Aprovação.

É aprovado, para ratificação, o Acordo de empréstimo entre o Governo da República Democrática de São Tomé e Príncipe e o Banco Europeu de Investimento, celebrado em 31 de Dezembro de 2022, no Luxemburgo, cujo texto em língua inglesa e a sua tradução em língua portuguesa, fazem parte integrante da presente Resolução.

Artigo 2.º Entrada em vigor.

A presente Resolução entra imediatamente em vigor.

Assembleia Nacional, em São Tomé, 26 de Fevereiro de 2024.

A Presidente da Assembleia Nacional, Celmira de Almeida do Sacramento dos Santos Lourenço.»
Obrigada.

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Sra. Secretária da Mesa.

Vamos submeter a Proposta de Resolução para análise e discussão.

Tem a palavra o Sr. Deputado Raúl Cardoso.

O Sr. **Raúl Cardoso** (MLSTP/PSD): — Sra. Presidente da Assembleia Nacional, Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, Sr. Ministro do Planeamento e Finanças, Técnicos da Assembleia Nacional e a Comunicação Social aqui presente, cumprimentos.

Sra. Presidente, peço a palavra para vir aqui, porque é assim que sei estar na vida e na vida política.

Sra. Presidente, os deputados em férias parlamentares foram chamados para virem aqui e ratificar um acordo de empréstimo entre o nosso país e o BEI (Banco Europeu de Investimento), e porquê que o fazemos? Porque as instituições europeias pautam pela transparência, entretanto, é mesmo neste país onde recentemente vimos algo que até hoje todas as explicações que me dão me deixam triste, saber que se faz a gestão do nosso país desta maneira. Refiro-me ao tal valor que se vai buscar ao Afreximbank. Meus senhores, 12 milhões de dólares! Tínhamos que fazer? Não tínhamos alternativa? Tudo bem. E por que é que esta Casa Parlamentar não foi chamada a se pronunciar sobre esta operação? Porque é que esta operação foi feita da maneira como ela foi feita, e que nós em 5 anos, São Tomé e Príncipe, vai pagar juros superiores a 8 milhões de euros? Já fiz as contas todas. Como é que nesta altura não se chamou os deputados? Estamos numa situação de aflição, precisamos de uma saída e então queremos também que pronunciem sobre isso. Não o fizemos. Espero que para a próxima evitemos esse tipo de gestão da coisa pública, porque vamos pagar juros anuais superiores a 1.660 de euros. E tendo em conta a nossa situação económica, a nossa fragilidade económica, pergunto: Sr. Ministro, onde é que vamos depois encontrar o dinheiro para pagar esse juro?

É preciso termos algum cuidado, porque neste caso somos chamados. Noutra questão, ... até hoje, a Bancada Parlamentar do MLSTP/PSD solicitou os contornos desse acordo e até hoje não temos, mas fomos chamados hoje para vir dizer sim senhor, a um acordo com o qual estamos plenamente de acordo, em relação a essa questão de água para a Cidade Capital. É gravíssima a situação de água para a Cidade Capital e arredores, mas estamos aqui para o fazer.

Precisamos de combustível, fomos buscar dinheiro numa operação que até hoje a única coisa que sabemos é que o Estado são-tomense vai ficar a pagar uma dívida durante 8 anos, e é bom que as pessoas saibam isso, superior a 8 milhões de euros.

O Sr. **Arlindo Barbosa** (MLSTP/PSD): — 5 anos.

O Sr. **Raúl Cardoso** (MLSTP/PSD): — 5 anos, sim, 5 anos. Foi esta informação que me foi dada no quadro do debate na especialidade do OGE e das GOP pelo próprio Sr. Ministro.

A Sra. **Presidente**: — Estamos no debate relativo ao Acordo de Empréstimo entre a República Democrática de São Tomé e Príncipe e o BEI. O Sr. Deputado Raúl Cardoso fez algumas constatações, não sei se há mais inscritos, não havendo, não sei se o Sr. Ministro querera responder.

Tem a palavra o Sr. Deputado Danilo Santos.

O Sr. **Danilo Santos** (MLSTP/PSD): — Sr. Ministro, durante o debate orçamental o MLSTP/PSD voltou a frisar dos documentos que o Governo não fornece ao Grupo. E estamos a bater aqui neste momento que estamos a discutir o acordo de crédito com o BEI para relembrar ao Sr. Ministro, que o Governo fez uma promessa de nos remeter as documentações do Afreximbank, é esta impressão com que ficamos, o Sr. Primeiro-Ministro acenou com a cabeça quando falei, e até hoje não recebemos nenhuma documentação do Afreximbank. Gostaríamos de tê-los para que possamos falar com propriedade. Continuamos à espera, Sr. Ministro.

A Sra. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado José António Miguel.

O Sr. **José António Miguel** (ADI): — Tomo a palavra exactamente para lamentar, até pode-se perceber a forma como o Sr. Deputado Raúl Cardoso colocou a questão, embora não estejamos aqui a falar do acordo com Afreximbank, estamos a falar do acordo com o BEI, mas pior ainda é como o Sr. Deputado Líder Parlamentar do MLSTP/PSD vem aqui colocar a questão.

Veio aqui falar de uma questão que não estamos a discutir. Não estamos a discutir a questão que o colega Deputado, Líder Parlamentar veio aqui abordar, completamente deslocado.

Estamos a falar do Acordo de Empréstimo entre o Governo da República Democrática de São Tomé e Príncipe e o BEI, e que gostaria de dizer ao Governo que o nosso Grupo Parlamentar, acredito também os outros Deputados, estamos disponíveis quando há situações dessas, que há de facto necessidade de se vir cá trabalhar na perspectiva de ajudar, estamos cá para isso, mesmo estando de férias estamos disponíveis para vir cá trabalhar, porque há essa situação.

O que aconteceu com outro acordo de empréstimo acho que já foi sobejamente explicado aqui, durante o debate do Orçamento. Levantar essa questão agora, isso deve ter outro nome, mas nem vou aqui dizer.

A Sra. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Danilo Santos.

O Sr. **Danilo Santos** (MLSTP/PSD): — Sr. Deputado Líder Parlamentar, não é preciso. Ser informado é dever de todos, muito mais ainda dos deputados e o Sr. Deputado veio cá dizer o que o Sr. Ministro e o Primeiro-Ministro não disseram cá, não falaram de Acordo de Crédito com Afreximbank. O Sr. Deputado veio dizer há outro acordo de crédito, estamos a fazer referência ao Afreximbank, evite isso.

Portanto, Sr. Ministro temos o dever de ser informado. Pedimos informação por via correcta e reservamos o direito de a termos, o Governo assumiu. Não percebo porque o Sr. Líder Parlamentar está a querer gingar no copo de água.

A Sra. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado José António Miguel.

O Sr. **José António Miguel** (ADI): — Vim aqui exactamente dizer aos Deputados que me antecederam que disseram aqui, o Sr. Deputado Raúl Cardoso fez referência, nesse caso comparando, dizendo que tratando-se de uma negociação com Afreximbank e estamos aqui a discutir o acordo de empréstimo com o BEI, quer dizer, criou uma certa similitude entre as duas questões. Por isso que disse, tratando-se do acordo ou o que se tratar em benefício do País estamos disponíveis para mesmo de férias vir cá debater a questão e disse mais, estava deslocada a questão. O Governo explicou, não fazia sentido voltar a colocar a questão aqui quando estamos a discutir uma outra questão, isto é que fiz referência e voltarei a fazer se for possível.

A Sra. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Raúl Cardoso.

O Sr. **Raúl Cardoso** (MLSTP/PSD): — Não sei onde é que o Líder Parlamentar do ADI não entendeu a minha intervenção.

Fiz uma intervenção e procurei alertar para uma situação que aconteceu e que não deveria acontecer porque se hoje somos chamados para aqui discutirmos e ratificarmos um acordo de empréstimo com o BEI, por que razão a operação que endividou o Estado, cujo juro ultrapassa mais de 1.600 euros anuais, o parlamento não foi chamado. Foi isso que coloquei, por isso que tinha que me referir a esta operação que lesou o Estado e que vai implicar juros altíssimos. Porque é que não fomos chamados para isso.

Agora estamos de férias chamaram-nos. Sr. Deputado, eu enquanto Deputado desta Nação, estando neste país chamando-me a qualquer momento para uma sessão extraordinária da Assembleia, estou totalmente disponível e acredito que a minha Bancada a mesma coisa. Agora, não posso ser impedido de levantar questões que para mim deve nos levar a todos, enquanto deputados, a pararmos e a reflectirmos.

Para umas questões somos chamados, para outras somos apanhados de surpresa, é isso que chamei aqui atenção, Sr. Deputado.

A Sra. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Ekeneide dos Santos.

O Sr. **Ekeneide Santos** (ADI): — Sra. Presidente, Sr. Ministro das Finanças, Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, Sras. e Srs. Deputados, todos os Técnicos, todos aqueles que nos escutam em São Tomé e Príncipe e na diáspora, bom dia.

Tomo a palavra para frisar aquilo que estamos a discutir que é um acordo que vai beneficiar, não só arredores da Cidade Capital como também a população de Água-Grande e quem sabe poderá beneficiar outros distritos. Porquê? Porque todos conhecemos a real situação do abastecimento de água potável e a sua gestão aqui na Cidade de São Tomé.

Quando tomei conhecimento que tínhamos uma sessão plenária em pleno período de férias, parei para ver de facto qual era o assunto. E quando vejo o assunto, acho que aqui nesta plenária deveríamos vir aqui e agradecer, dizer: muito bem, é isso que o País espera, é a solução que o País espera e se deveria parabenizar.

As pessoas questionam aonde o Governo vai encontrar financiamento para a realização das obras que o povo espera? Está aqui uma solução!

Aplausos do ADI.

É um acordo que vai beneficiar, não só a população de Água-Grande como outros distritos, temos que ser honestos e reconhecer.

Todos sabemos o problema da gestão de água, fui Presidente da Câmara, conheço. O problema de gestão de água em Água-Grande é sério. Temos a metade da população de São Tomé e Príncipe residente no Distrito de Água-Grande num raio de 16 km².

Mas temos bairros de Água-Grande que não têm água potável começo por Riboque, S. António, S. Gabriel, Vila Maria, Almeirim, Correia, há quantos Km da cidade? A 500 m da cidade capital, a 1 km, e conhecemos deficiência da rede. Quem não sabe, pergunta aos senhores da EMAE, que eles informam. E com essa deficiência da cidade com esse financiamento que estamos a discutir, desde que eu era Presidente da Câmara que se está a discutir a questão de reabilitação da rede da Cidade Capital. Passaram-se já 14 anos e vejo isso hoje, fico feliz, sinto-me bem em saber que a rede de água da Cidade Capital vai ser reabilitada e isso irá repercutir em todos os outros bairros.

Portanto, independentemente de outras questões ou não, fico feliz. Já disse, quando vimos aqui para discutir questões que é do interesse da população, fico feliz. Não quero saber de outros assuntos, como foi feito, só quero que o Governo traga aqui propostas para resolvermos o problema da população que já está cansada com essas brincadeiras.

A Sra. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Abnildo d' Oliveira.

O Sr. **Abnildo d' Oliveira** (ADI): — Também junto a minha voz a todos os outros deputados que se sentem felizes, satisfeitos, enquanto dignos representantes do povo, ter anúncio de abastecimento de água melhorado. Sabemos que a qualidade de água ajuda, porque para além da questão que é propriamente água potável para beber, sabemos que vai nos ajudar a prevenir a questão de doenças hídricas e é

saudável. Mas para além da própria comunidade que é do Distrito de Água-Grande temos que ver que nos dias úteis, a nossa Capital tem pessoas, indivíduos a dobrar. Todos aqueles que vêm trabalhar também irão beneficiar.

Felicitar o Estado são-tomense, de uma forma particular o Governo, mas enquanto Deputado não fico 100% satisfeito, fico a 60% satisfeito, porque a segunda cidade do País também tem graves problemas de água, estou a falar da Cidade de Trindade e com o abastecimento feito pela Empresa Ramalho Rosa desde 1986, aquela conduta perde muita água, com diminuição do caudal, ... portanto é uma cidade sacrificada e é verdade que hoje estamos a discutir o acordo e bem para a Capital do País, mas aqui pedir ao Governo esforço nos seus contactos, na busca de solução para que se possa melhorar o abastecimento de água também na Cidade da Trindade e arredores.

Aplausos do ADI.

A Sra. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Wuando Castro.

O Sr. **Wuando Castro** (MLSTP/PSD): — Venho apenas intervir neste ponto para que não fique no ar a ideia de que o MLSTP/PSD ou os Deputados do MLSTP/PSD estão contra este acordo, não estão.

E para que não fique na ideia também de toda a gente que esses processos são feitos apenas por um governo ou um interveniente. Este acordo por exemplo, não sei se os senhores sabem, foi assinado em 21 de Dezembro de 2022. Achem que este novo Governo entrou em funções a 11, 14 de Novembro já estava a assinar este acordo assim, caído do céu? Não, houve um trabalho prévio, o Sr. Ministro sabe, quando vier falar pode confirmar. Houve um período prévio de várias e sérias negociações para se adequar o pacote de financiamento a aquilo que são as exigências que tínhamos com o FMI, nomeadamente a questão das taxas de juros concessionais. Portanto, não é trabalho de um governo que chegou e fez e não estamos contra isso, saudamos e a contrário do que as pessoas pensam, muita gente pensa que para resolver o problema do País é só fazer dívidas, o Sr. Ministro também sabe. Temos restrições, não podemos fazer dívida de qualquer maneira, há requisitos que temos que cumprir. Anualmente há uma definição de uma percentagem do PIB até onde podemos contrair dívidas, não somos um país totalmente autónomo para estalar o dedo e ir aos bancos comerciais ou aos fundos de investimento e contrair só por si. Não estamos contra o acordo, saudamos que este Governo tenha finalizado e assinado um acordo, que como falou aqui muito bem o Sr. Deputado Ekeneide, já vem há mais de 8, 10 anos que está a ser negociado, concluiu as negociações, assinou e estamos aqui a ratificar, provavelmente vai ser o Governo que pode até lançar as pedras e pode não ser aquele que vai inaugurar, é essa a lógica da continuidade do Estado.

Mas para isso acontecer e não podemos também passar a ideia de que o importante é que os problemas fiquem resolvidos, tudo bem. Os problemas podem ficar resolvidos, mas é importante também que se respeite as regras, porque se for só para resolver os problemas não respeitando as regras e as leis da República então não vale a pena estarmos a viver num Estado de Direito Democrático onde prevalece o império da lei. Se há leis, se há regras, têm que ser cumpridas, e o que foi levantado pelo Sr. Deputado Raúl é isso. Há lei, há regra que impõe que qualquer endividamento público tem que vir aqui a Assembleia. Há uns que vêm, porque são obrigados a vir e há outros que não vêm, é isso que o Sr. Deputado Raúl levantou. Mas quanto ao benefício que este acordo vai trazer às populações e nós, sobretudo que vivemos aqui em Água-Grande isto não está em dúvida.

Volto a dizer, é fruto de trabalho de vários governos, várias pessoas, vários Ministros, que o Sr. Ministro Ginésio teve a sorte de ser agora o homem em funções que rubricou o acordo e fez muito bem, em nome de São Tomé e Príncipe.

Aplausos do MLSTP/PSD.

A Sra. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Elísio Teixeira.

O Sr. **Elísio Teixeira** (ADI): — Tem havido aqui uma confusão desnecessária nessa coisa do Afreximbank. Porque o próprio termo diz que é uma operação financeira, não tem a ver com o acordo que entra nas competências da Assembleia, que tem a ver com os impostos, não é nada disso. É uma operação financeira no âmbito das competências do Governo e está no Diário da República.

Não percebi até agora essa lógica de dizer que endividou o Estado, tudo bem, endividou o Estado, mas uma operação financeira no âmbito das estritas competências do Governo. Se fosse uma matéria que tivesse necessidade de intervenção da Assembleia, indiscutivelmente. Mas estamos a falar de operações financeiras, claro que elas têm custos, indiscutivelmente, mas estão na competência do Governo.

A Assembleia tem toda a legitimidade, se não concordar de pedir legalmente a filtração do acto, mas isso é nos tribunais, não aqui. Não se afere a legalidade aqui na Assembleia, afere-se nos Tribunais, é essa que é a lógica.

A Sra. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Osvaldo João.

O Sr. **Osvaldo João** (MLSTP/PSD): — Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Ministros, a Comunicação Social, Srs. Técnicos desta Casa Parlamentar Passo a cumprimentar a todos.

Aproveito a oportunidade para apelar ao Governo que ainda está em exercício, para falar de água de ...

Risos gerais.

... que está em exercício ...

Murmúrios gerais.

Venho cá falar também de Água em Caué, sobretudo da Cidade de Angolares que na semana passada passou por momentos difíceis, tivemos que consumir água imprópria e também nesses meses tem tido dificuldade na gestão de água por lá. Por isso, apelo ao Governo que durante este mandato possa também melhorar o abastecimento de água para a cidade de Angolares e sabemos que o problema de água é um problema nacional.

Muito obrigado.

Aplausos do ADI e do MLSTP/PSD.

A Sra. **Presidente**: — Já não temos mais inscrições.

Vamos chamar agora o Sr. Ministro do Planeamento e Finanças para uma intervenção.

O Sr. **Ministro do Planeamento e Finanças**: — Creio que seja o último esclarecimento relativamente a esse processo do Afreximbank, porque parece que as pessoas teimam em não compreender.

Uma voz do ADI: — Ele quer saber aonde o dinheiro está guardado.

O Sr. **Ministro do Planeamento e Finanças**: — O facto do Governo solicitar a ratificação do presente acordo não é porque o BEI quer, é porque a lei de São Tomé e Príncipe exige que assim seja. O Governo negocia e assina e para tornar efectivo traz para a Assembleia Nacional para ser ratificado.

O que os Srs. Deputados Raúl Cardoso e Danilo dos Santos vieram cá dizer é para transmitir a ideia que relativamente ao Afreximbank houve um acordo de financiamento e que o Governo violou as normas em não trazê-lo cá para Assembleia. Isto não é verdade.

Tudo quanto foi intervenção do Governo neste processo está publicado no Diário da República n.º 23, I Série, datado de 19 de Maio de 2023, Resolução n.º 14A/2023, está publicado. Não acredito que nenhum dos senhores deputados teriam acesso ao Diário da República.

Uma voz do ADI: — Eles sabem mesmo.

A Sra. **Izilda Domingos**: — Eles não lêem.

O Sr. **Ministro do Planeamento e Finanças**: — Trata-se de uma operação *swap*, troca de divisa entre o Banco Central e o Banco Afrexim.

O Sr. Deputado deve saber quanto vale a dobra e onde é que ela é convertível, só em São Tomé e Príncipe. Para se fazer a importação é necessário ter-se divisa e a divisa tem um custo, este é o custo, ...

oito, nove, 10, é o que o senhor tem conhecimento, e toda a intervenção do Governo está publicada no Diário da República.

Uma voz do MLSTP/PSD: — Isso não me convence!

O Sr. **Ministro do Planeamento e Finanças:** — Não, ninguém tem intenção de convencer ninguém, é um facto. Está no Diário da República, Sr. Deputado.

Murmúrios do ADI e do MLSTP/PSD.

Sim, não está no gabinete de ninguém. Vir aqui com essa, ... parece uma insinuação, ...

Vozes do ADI: — E é mesmo! É uma insinuação!

O Sr. **Danilo Santos** (MLSTP/PSD): — Nós pedimos, o senhor tem e manda!

O Sr. **Raúl Cardoso** (MLSTP/PSD): — Transparência da coisa pública.

O Sr. **Ministro do Planeamento e Finanças:** — A transparência da coisa pública.

Uma voz: — Quer dizer, coisa não está transparente?

O Sr. **Ministro do Plano e Finanças:** — Exactamente!

Sra. Presidente era esse esclarecimento que gostaria de fazer.

Vou repetir, Diário da República n.º 23, I Série, 19 de Maio de 2023, Resolução n.º 14A/2023.

Aplausos do ADI.

Murmúrios.

A Sra. **Presidente:** — Vamos submeter a Proposta de Resolução para votação. Estivemos a discutir a Proposta de Resolução n.º 24/XII/3.ª/2023, Acordo de Empréstimo entre o Governo da República Democrática de São Tomé e Príncipe e o BEI.

Esgotadas as intervenções, vamos submeter para votação na generalidade.

Submetido à votação, foi aprovada por unanimidade.

Aplausos, murmúrios e risos do ADI.

A Sra. **Presidente:** — Estamos a votar não podemos ter tanto ruído na Sala.

Uma voz do ADI: — Desculpa, Sra. Presidente!

A Sra. **Presidente:** — Está aprovada na generalidade com 43 votos favoráveis, sendo 24 do ADI, 12 do MLSTP/PSD, 5 do MCI/PS-PUN e 2 do Movimento BASTA.

Submetendo agora para a votação na especialidade.

Preâmbulo.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Artigo 1.º. Aprovação.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Artigo 2.º. Entrada em vigor.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Vamos passar a votação final global.

Submetido à votação, foi aprovada por unanimidade.

Aplausos do ADI.

Está aprovada a Proposta de Resolução n.º 24/XII/3.ª/2023 - Acordo de Empréstimo entre o Governo da República Democrática de São Tomé e Príncipe e o BEI, com 43 votos favoráveis.

Terminamos assim os nossos trabalhos, aos Srs. Deputados e às Sras. Deputadas que interromperam as suas férias parlamentares para estarem aqui, fazendo um exercício para que o Governo tenha um instrumento muito importante, os nossos agradecimentos. Ao serviço de Apoio ao Plenário os nossos agradecimentos, os nossos técnicos que não podem faltar, os nossos agradecimentos, os Srs. Ministros dos Assuntos Parlamentares e das Finanças e a todos quantos nos acompanharam, os nossos agradecimentos.

Regressaremos no dia 15 de Abril.

Continuação de boas férias a todos.

Eram 12 horas.